



Ata nº 2

27 de abril de 2015

ASSEMBLEIA

ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO

ORDINÁRIA

MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA

VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E
QUINZE
Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze reuniram, no Auditório da Biblioteca
Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte
Ordem de Trabalhos:
1. Informação relativa à assunção de compromissos plurianuais ao abrigo de competência delegada -
Proposta 194/2014/CM
2.Informação relativa às declarações de compromisso plurianuais de pagamentos e recebimentos em
atraso;
3.Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 41/2015/CM, referente à APSI -
Associação para a Promoção da Segurança Infantil – Revogação da adesão;
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 42/2015/CM, referente à APHM -
Associação Portuguesa de Habitação Municipal – Revogação da adesão;
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 49/2015/CM, referente à Assunção
de compromissos plurianuais — Delegação de competências no Presidente, até ao limite de €99.759,58;
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 52/2015/CM, referente à Prestação
de Contas – Ano 2014;
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 53/2015/CM, referente à 2ª. Revisão
ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP)
O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e
uma horas e cinco minutos
Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros
Anabela Lourenço Fernandes, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos



Manuel Viegas de Sousa, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Faísca, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, João Eduardo da Silva Trindade, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Nunes Ferreira da Silva, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Días, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Sílvio Edgar Assis Fernandes. ---- O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. ---- O Membro Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes solicitou a substituição tendo sido substituído por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. ---- O Membro Antero Arcanjo Mendes Romeira solicitou a substituição tendo sido substituído por Luís Nunes Ferreira da Silva. ----O Presidente da Assembleia passou à discussão e aprovação da ata número um referente à sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e sete de fevereiro. Disse que pretendia informar quanto a uma alteração introduzida pelo novo CPA - Código de Procedimento Administrativo, sendo que apenas poderiam votar a ata, visto deixarem de haver abstenções, os membros que tivessem estado presentes na sessão da Assembleia Municipal a que a mesma dizia respeito. Assim, passaria a constar em anexo a cada ata a listagem com o nome dos membros que tinham votado a ata da sessão anterior. Para aquela votação tinha indicação de que seriam vinte e dois membros, contudo porque o Membro Ângelo Filipe Silva Pereira não se encontrava presente votariam apenas vinte e um membros que, naturalmente se escusava de nomear uma vez que todos sabiam quem tinha estado presente._____ ----Colocada a votação a ata número um, referente à sessão de vinte e sete de fevereiro, foi a mesma aprovada por unanimidade dos vinte e um membros participantes na votação. ----A listagem dos membros que votaram a ata encontra-se em anexo à presente ata como documento número um. ----O Membro Ângelo Filipe Silva Pereira entrou na sala pelas vinte e uma horas e treze minutos. ____ ----Passando ao tema das Comissões, o Presidente da Assembleia referiu que iriam abordar as reuniões das Comissões realizadas anteriormente à última sessão uma vez que, por omissão, não tinham sido abordadas. Assim, passava a palavra ao Membro José Alberto Correia para que resumidamente se referisse ao que tinha sido tratado na reunião da Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Policia que se tinha realizado no passado dia quinze do mês de janeiro.___ ----O Membro José Alberto Correia referiu que por lapso não tinha informado acerca da primeira reunião do novo mandato da Comissão de Toponímia e Numeração de Policia que se tinha realizado no



passado dia quinze de janeiro. Tinha sido efetuada a tomada de posse da nova Comissão, e na ordem de trabalhos constava a atribuição de topónimo na Freguesia de Santa Luzia. Relativamente à reunião da Comissão gostava de sublinhar que tinha sido prestado um reconhecimento especial ao Sr. Capitão Arnaldo Casimiro Anica e ao Dr. Adérito Fernandes Vaz que tinham sido membros de várias comissões e que naquela Comissão tinham entendido efetuar o realce público que gostava que ali ficasse registado. ----Acrescentou que na reunião tinha sido efetuada a análise da exposição sobre os topónimos atribuídos no Aldeamento das Pedras da Rainha que se tratava de uma situação já antiga e cuja resolução se encontrava basicamente do lado do proprietário do aldeamento uma vez que as infraestruturas, os terrenos, não tinham ainda sido regularizados, sendo que a Câmara não tinha ainda tomado posse dos mesmos, o que se tratava de uma situação que estava a ser dirimida, estudada por ambas as partes. __ ----O Membro Luís Silva referiu que pretendia efetuar uma observação. Era do conhecimento geral que a todas as vias de comunicação urbanas eram atribuídas designações como Rua, Travessa, Beco ou outras. Em Tavira existiam duas ruas que se chamavam Corujeira, localizadas perto de sua casa, sendo que uma era a Corujeira Grande e outra a Corujeira Pequena. O que pretendia chamar à atenção era para o facto de na placa de toponímia constar Rua Corujeira Grande e Rua Corujeira Pequena que, a seu ver e não sendo um expert na matéria, estava errado já que sendo as corujeiras vias de comunicação, arruamentos, a palavra Rua não deveria constar, sendo que deviam apenas de se chamar Corujeira Grande ou Corujeira Pequena. Era pois aquele reparo que pretendia efetuar por ficar algo preocupado cada vez que passava por ali passava e via as placas. ----O Presidente da Assembleia disse que agradecia o reparo, que tinha nascido naquela zona e podia garantir que há pelo menos sessenta ano conhecia aquelas ruas tal como estavam, todavia os membros da Assembleia representantes na Comissão de Toponímia podiam fazer chegar à Comissão aquele ----Passou a palavra à Membro Ricardina Jesus para que se referisse às reuniões da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que se tinham realizado na modalidade alargada, nos dias trinta de janeiro e vinte e sete de março, anteriores. ----A Membro Ricardina Jesus referiu que, por lapso, a reunião realizada em trinta de janeiro não tinha sido mencionada na Assembleia anterior. Tinha-se tratado de uma reunião alargada realizada no Centro de Acolhimento a Gaivota, tendo-se iniciado com a visita guiada às instalações onde todos tinham tido a oportunidade de conhecer os espaços e os equipamentos existentes naquele Centro de Acolhimento. Tinha-se seguido a análise e discussão detalhada do relatório anual de atividades referente ao ano de dois mil e catorze tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Naquela reunião, tinha ainda sido proposta a calendarização para as reuniões da Comissão a realizar no ano de dois mil e quinze, bem como a designação dos respetivos locais onde teriam lugar.



Relativamente à reunião realizada no dia vinte e sete de março, esta teve lugar na Escola Secundária
Dr. Jorge Augusto Correia. Na reunião tinha-se verificado a intervenção do Procurador do Ministério
Público da Instância Central de Família e Menores do Algarve, Dr. João Gonçalves, interlocutor da CPCJ
com o Tribunal de Menores. Na sua intervenção tinha prestado esclarecimentos sobre o ponto de vista
processual e elucidado quanto à forma de estabelecimento de contatos mais céleres entre a Comissão e
o Tribunal.
A CPCJ apresentou ao Procurador o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e
realizou-se a apresentação de novo membro visto ter sido cooptado naquela reunião um membro da
GNR - Guarda Nacional Republicana para integrar a comissão restrita da CPCJ.
O Presidente da Assembleia prosseguiu informando que tinha sido apresentada, dentro do prazo
regimental, uma moção que iria colocar à discussão. Contudo, primeiramente pretendia manifestar o
seu pesar pela morte de um grande músico que tinha falecido, infelizmente, num acidente de viação no
dia dezanove anterior. Miguel Drago tinha dado muito à cultura da cidade de Tavira, ao Algarve e
porque não dizer ao país e, estupidamente, num acidente estupido como o eram todos os acidentes,
tinha desaparecido. Miguel Drago tinha desaparecido mas a sua obra, a sua memória, certamente que
perduraria entre todos, principalmente entre os amantes do Fado, da música portuguesa e do projeto
de que ele nos últimos tempos tinha sido um dos pioneiros: "Fado com história" que começava a dar
frutos e que esperava que continuasse. Assim solicitava à Assembleia, àquela sala, um minuto de
silêncio em memória de Miguel Drago
Após o minuto de silêncio, o Presidente da Assembleia, voltou a mencionar a moção recebida, bem
como um voto de pesar que tendo entrado dentro do prazo tinham seguido um percurso diferente,
razão pela qual não tinha sido remetido aos membros. Assim, pedia ao Membro Carlos Rodrigues que
fizesse o favor de ler o voto de pesar do Reverendo Padre Nabais, digníssimo Padre da Freguesia de
Santa Luzia. Alertava ainda para que a correspondência fosse remetida para o correio eletrónico da
Assembleia Municipal.
O Membro Carlos Rodrigues passou à leitura do voto de pesar
"A Freguesia de Santa Luzia teve nos últimos 14 anos, um pároco residente, o excelentíssimo Padre
José Nabais Pereira, que nos acompanhou nos momentos de alegria, ministrando batismos e celebrando
casamentos e nos momentos de tristeza, confortando-nos por altura da morte de nossos familiares
Devemos ao seu empenho e determinação, a construção, ainda não acabada, do Centro Social e
Paroquial de Santa Luzia.
Em 26 de março, depois de uma penosa e longa doença o Padre José Nabais Pereira faleceu
Proponho à Assembleia Municipal que votem o pesar, por esta morte, que tanto afetou a população
de Santa Luzia."
O Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade



O voto de pesar foi anexado à presente ata como documento número dois
O Membro Brandão Pires referiu que não era propriamente sobre aquele voto de pesar em concreto
que gostaria de falar, mas sem considerar as figuras do minuto de silêncio ou do voto de pesar, gostaria
que fosse recordado naquela Assembleia que precisamente no mesmo dia do falecimento de Miguel
Drago tinham morrido no Mediterrâneo, que também era bastante significativo para Tavira estando
associado à Dieta Mediterrânica, à cultura, oitocentos africanos a bordo de uma traineira com vinte
metros, que tentavam chegar à Europa e lutar por uma vida melhor. Considerava que aquela Assembleia
Municipal também deveria deixar o seu pesar pela morte daquelas pessoas sem quaisquer condições e
que procuravam uma vida melhor, como todos, e portanto gostava de deixar ali assinalado o que tinha
acontecido precisamente no mesmo dia da morte de Miguel Drago.
A Membro Muriel Dias referiu que para mudar um pouco de registo pretendia congratular dois
tavirenses. O Vice-Campeão Paraolímpico, Campeão do Mundo e da Europa e que tinha participado na
Maratona de Londres, o José Monteiro e a Carlota Cristo, uma menina de dezassete anos que tinha
participado no Torneiro de Desenvolvimento da UEFA - Union of European Football Associations
representando a seleção nacional feminina de Sub17 e que tinham ganho o torneio. Tratava-se de dois
tavirenses que considerava ser de congratular naquela Assembleia
O Membro João Carvalho disse que se pretendia referir a uma questão que tinha ficado pendente da
Assembleia anterior em que tinha apresentado uma moção que considerava pertinente e que tinha
cedido ao pedido das várias bancadas para que a moção fosse estudada por todos os grupos de modo a
poderem dar os seus contributos no intuito de a melhorar. Infelizmente não tinha ficado marcada
qualquer reunião de trabalho, pelo que gostaria que fosse marcada naquela Assembleia e fosse
nomeado um membro representante de cada bancada, sob pena de ele ter que apresentar a moção,
daquela ou de outra forma, novamente, pois pretendia recordar que o que nela constava era um direito
que assistia os munícipes, que estava consagrado na Lei e portanto considerava que era do interesse de
todos que a Assembleia não passasse o ridículo se ser ultrapassada.
Concluiu referindo que gostava de ter alguma informação.
O Presidente da Assembleia informou que a sessão onde a situação dos impostos, entre os quais o
MI – Imposto Municipal sobre Imóveis eram abordados seria a sessão da Assembleia de setembro.
Assim, consideravam ser prematuro estar a discutir a moção naquela sessão, pelo que iria ser agendada
a reunião entre os representantes de cada bancada, seguramente entre os finais do mês de maio e início
do mês de junho, para que em junho ou em setembro a pudessem discutir. Considerava que seria mais
aconselhável na Assembleia de setembro, porém a reunião iria realizar-se antes da sessão de junho que
normalmente ocorria mais para o final do mês. Também não tinha sido realizada antes porque aquela
sessão incluía assuntos referentes ao ano anterior e o tempo que tinha mediado as duas Assembleias



precisamente dois meses, tinha sido muito preenchido devido à Semana Santa e ao Congresso da ANMP
- Associação Nacional de Municípios, mas não estava esquecido.
O Presidente da Assembleia reiterou o que já tinha mencionado quanto à entrada de uma moção
apresentada pela bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária intitulada: "Por ocasião do 41º
aniversário da Revolução de Abril" solicitando ao proponente, Membro Luís Silva, que apesar de ter sido
distribuída por todos os membros, a apresentasse.
O Membro Luís Silva referiu que de facto tinha sido distribuída pois encontrava-a no seu correio
eletrónico. Quanto à moção não pretendia repeti-la, não a iria ler pois considerava desnecessário e até
algo fora de tempo, porém considerava que era sempre positiva a aprovação de moções daquela
natureza quando pretendiam apoiar o poder local que era justamente onde se encontravam e a função
que estavam a desempenhar, pelo que passava a ler a parte final.
"Face ao exposto a Assembleia Municipal de Tavira reunida a 27/04/2015", tinham desde logo a ideia
de que não conseguiriam fazer chegar a moção antes do 25 de Abril, "delibera:
1.Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquista de Abril, da Constituição da
República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal
e o povo português
2.Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se
associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista
de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações."
O segundo ponto encontrava-se ultrapassado mas realmente as pessoas tinham colaborado e
participado nas festas e comemorações do 25 de Abril. Todavia, pedia que votassem a moção
favoravelmente
O Membro Brandão Pires mencionou que a propósito do segundo ponto da moção e referindo a
celebração do 25 de Abril que se tinha realizado na Câmara Municipal, de facto o apelo da moção já se
encontrava desatualizado apesar de ainda estarem no período do 25 de Abril e portanto, desse ponto de
vista, podia ser interpretada no sentido lato, mas gostava de se congratular com as cerimónias que
tinham decorrido na Câmara Municipal no dia 25 de Abril a propósito do seu quadragésimo primeiro
aniversário e parabenizar quem tinham elaborado as intervenções que, do seu ponto de vista, tinham
sido bastante boas, de grande qualidade, sendo apenas de lamentar o facto de não se ter verificado uma
mais quantitativa representação daquele órgão nas celebrações, porque quem tinha assistido tinha
ouvido intervenções de muita qualidade, de que ele tinha gostado bastante e considerado que se
tinham tratado de umas cerimónias muito condignas refletindo o esforço dos participantes em dar bons
contributos para aquela celebração.
O Membro João Carvalho referiu que pretendia desde logo efetuar uma declaração de voto relativa à
moção apresentada porque como considerava que as políticas atuais serviam o país, iria votar contra



A Membro Muriel Dias mencionou que a sua bancada também iria votar contra devido à existência
na moção de alguns parágrafos de carater bastante político e contra o atual Governo.
O Membro Artur Sanina disse que se congratulava com moções daquela natureza que defendiam os
ideais de Abril.
Pretendia apenas reforçar o que tinha referido na parte final da sua intervenção na cerimónia
realizada na Câmara Municipal e que era o facto de que presentemente a classe politica se encontrava
desacreditada perante a população que estava cansada dos políticos, atemorizada, sendo que os
escândalos bancários eram cada vez mais e verificando-se o compadrio na colocação de pessoas em
entidades do Estado o que era visível pelas nomeações efetuadas pelos dois partidos do Governo
Relativamente à Sessão Solene referia que, e o membro do PS – Partido Socialista tinha lamentado a
fraca participação dos membros daquela Assembleia, em termos de público, como se tinha verificado,
inham estado presentes muito poucas pessoas, pelo que tinha sugerido e reforçava ali, que à
semelhança de outras Autarquias, a Sessão Solene fosse realizada ao ar livre junto das populações para
que estas se aproximassem mais das forças politicas, e pensava que em Tavira existiam todas as
condições para o realizar pelo que, considerava que a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal
deveriam de ponderar sobre o assunto para que a próxima sessão do 25 de Abril pudesse ser realizada
unto das populações e não no espaço fechado do Salão Nobre dos Paços do Concelho onde cada vez se
verificava uma menor assistência
Concluiu referindo que apenas podia concordar com os aspetos focados na moção
O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções colocou a moção a votação
que foi aprovada com dezoito votos a favor e nove votos contra
A moção encontra-se anexada à presente ata como documento número três
Lembrou que o público poderia usar da palavra dentro do período que lhe estava reservado, porém
cinha que se inscrever junto do secretariado, pelo que agradecia que se houvessem interessados
orocedessem à respetiva inscrição
A Membro Ricardina Jesus disse que também num registo de congratulações lhes tinha parecido
oportuno referir algumas palavras de congratulação e satisfação referentes à recente comemoração do
décimo aniversário do Centro de Ciência Viva de Tavira como era do conhecimento geral. Assim, passava
a ler:
"Inaugurado pelo Professor José Mariano Gago no dia 21 de abril de 2005, o Centro de Ciência Viva
de Tavira comemorou recentemente dez anos de atividade permanente existindo graças à sua visão para
a ciência e à cultura científica. Apesar de Portugal ter perdido uma personalidade de dimensão
internacional, um governante que marcou a sua atuação politica pela excelência e um algarvio
notabilíssimo, responsável máximo pelo salto qualitativo do ensino superior e pela dinamização da



cultura científica com a criação da Rede Nacional de Centros de Ciência Viva, o seu legado é motivo de
orgulho e de responsabilidade com as atuais e futuras gerações de académicos e políticos.
A Associação Oficina Ciência Viva de Tavira teve como sócios fundadores, o Município de Tavira, o
Universidade do Algarve e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica
sendo constituída com a intenção de criar um centro de ciência nesta cidade, concretizando as
características das novas gerações de centros de ciência capazes de traduzir a atividade da ciência como
parte da sua atividade expositiva, pela criação de espaços apetecíveis para a atividade pública de tipo
laboratorial, mas também assumindo na comunidade um papel dinamizador do debate em torno de
questões de impacto público relacionadas com a ciência e a tecnologia o que tem feito, na nossa opinião,
com assinalável e reconhecido sucesso."
O Membro João Carvalho referiu que pretendia questionar o Presidente da Câmara relativamente a
uma entrevista que tinha passado recentemente na Rádio Gilão com a associação que estava nas
piscinas que se tratava de uma associação sem fins lucrativos e que tinha equipas de competição.
Tinham abordado o problema existente e estavam numa situação muito difícil por falta de verbas, ou de
transferência das mesmas, que confessava desconhecer o problema por completo mas tinha ficado
preocupado pois considerava que, pelo menos, o trabalho que conhecia e que julgava terem continuado
a desenvolver era de extrema importância para a cidade e para o Concelho. Assim, gostava de saber
qual era realmente o problema que existia com aquela associação.
O Presidente da Câmara explicou que o Natação Clube de Tavira tinha presentemente um problema
financeiro à semelhança de muitos outros clubes mas, antes de elucidar sobre o que iria ser efetuado,
pretendia esclarecer como tinham chegado àquele ponto. Assim, há alguns anos, após a construção das
pretendia esclarecer como tinham chegado àquele ponto. Assim, há alguns anos, após a construção das piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das
·
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o Natação Clube pagava à Câmara Municipal a quantia de setecentos e cinquenta euros por mês.
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o Natação Clube pagava à Câmara Municipal a quantia de setecentos e cinquenta euros por mês
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o Natação Clube pagava à Câmara Municipal a quantia de setecentos e cinquenta euros por mês
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o Natação Clube pagava à Câmara Municipal a quantia de setecentos e cinquenta euros por mês
piscinas, tinha sido celebrado um protocolo com o Natação Clube, um contrato de concessão das piscinas municipais para a utilização das mesmas. No protocolo de gestão das piscinas, contrato de concessão, a Câmara Municipal tinha concessionado ao Natação Clube as piscinas para que ali pudessem exercer a sua atividade utilizando o espaço para as suas aulas. Tinha ficado uma parte livre, a parte pública, sendo aquela a razão da existência de nadadores salvadores. Pelo espaço concessionado o Natação Clube pagava à Câmara Municipal a quantia de setecentos e cinquenta euros por mês



----Aquela era uma situação única já que a Câmara de Tavira não tinha celebrado qualquer outro contrato com qualquer outro clube, sendo que no corrente ano iriam formalizar protocolos de cedência de instalações e todos os clubes que de alguma forma faziam atividade física não tinham quaisquer custos, nem água, nem luz. Assim, a uns eram cedidas instalações, a outros, verbas, o que não se verificava naquele caso concreto. ----O que tinha acontecido era que em determinada altura o Natação Clube, devido à crise existente e tendo a Câmara Municipal que ratear os apoios, tinha começado a acumular alguma divida, sendo que presentemente devia à Câmara Municipal entre quinze e dezasseis mil euros de rendas não liquidadas por conta do contrato de concessão. Tinha conversado com a Direção do Clube tendo-lhes proposto a rescisão do contrato de concessão, sendo que a Câmara lhe atribuiria as piscinas para que pudessem continuar a desenvolver a sua atividade, tendo que ser resolvida a questão do valor que se encontrava em divida. A proposta tinha sido aceite tendo-se procedido à rescisão do contrato de concessão encontrando-se presentemente por resolver o valor que se encontrava em divida. Assim, de maio perdoar a divida durante o mês seguinte iriam, o que tinha que ser presente a Reunião de Câmara pois era da sua competência e, atribuir um apoio para a sustentabilidade do Clube.__ ----O Presidente da Câmara continuou esclarecendo que a situação do Clube se encontrava ainda mais difícil devido ao facto de, em determinada altura, se terem verificado problemas seríssimos nos tanques das piscinas o que, devido à necessidade de encerramento das mesmas, tinha levado o Natação Clube a ter que efetuar as suas aulas nas piscinas do Concelho vizinho. Aquela situação tinha sido noticiada devido ao problema da qualidade da água tendo sido averiguada também pelo Centro de Saúde. Assim, o Natação Clube tinha assumido a divida porque tinha tido que efetuar deslocações, num valor aproximado de cinco mil euros conforme tinham transmitido à Câmara, sendo que apenas após a atribuição dos dezasseis mil euros para a anulação da divida, poderiam atribuir apoios para de algum modo compensarem o Natação Clube pela divida que tinha acumulado apenas pelas piscinas não estarem a funcionar e que os tinha forçado a efetuar uma despesa suplementar com deslocações, grande parte até efetuadas pela Câmara mas que, obviamente, tinham resultado numa despesa excecional que não estava prevista e que tinham tido que suportar. ----Pelo exposto estranhava a posição do Presidente do Natação Clube na entrevista dada à Rádio Gilão já que ele estava ao corrente de todos os factos. Normalmente era no mês de maio que eram atribuídos os apoios, até porque necessitavam do orçamento para poderem propor em Reunião de Câmara um conjunto de apoios a associações e clubes. Considerava que as palavras ficavam com quem as proferia, sendo que o tinha exposto era a realidade e esperavam ajudar o Natação Clube muito brevemente._____ ----Para terminar, disse que pensava ter esclarecido o Membro João Carvalho quanto à posição do Natação Clube. Sabia que existiam dificuldades mas as dificuldades seriam supridas da forma como tinha



exposto, com um apoio global para a amortização de parte da divida que seria efetuada por
compensação e outro apoio que teria que ser atribuído posteriormente.
A Membro Muriel Dias questionou quanto a quem fazia a manutenção das instalações cedidas aos
clubes e se estes não tinham a possibilidade de a efetuar. Considerava que seria uma mais-valia para a
Câmara e sabia da existência de alguns clube que efetivamente gostariam de poder remodelar ou pintar
as instalações.
Citando os campos de ténis como exemplo, sabia que gostariam que fossem pintados, remodelados e
efetuado um conjunto de arranjos. Assim, questionava se não seria uma mais-valia para a Câmara se a
manutenção fosse efetuada pelos clubes que efetivamente estivessem dispostos a fazê-lo
O Presidente da Câmara respondeu que a benfeitoria seria bem-vinda desde que não tivesse
consequências, pois quem tinha a obrigação de gerir, manter e colocar em condições todas as
instalações municipais era a Câmara Municipal. Aceitariam de bom grado qualquer solução desde que
não tivesse como consequência o facto de um determinado clube ao fazê-lo, exigir a monopolização do
espaço pois a Câmara tinha o poder de libertar alguns espaços para utilização não privada dos clubes,
que ao executarem as benfeitorias poderiam querer as instalações a cem por cento
A cedência dos espaços não resultava de uma privatização ou concessão, mas do regulamento
existente, sendo que era a Câmara que tinha obrigação de manter os espaços, existindo alguns que
estavam mantidos. Quanto aos campos de ténis, no ano de dois mil e dez, tinham sido alvo de uma
intervenção com o valor de cerca de cinquenta mil euros porque estavam realmente em muito mau
estado. Presentemente requeriam outra manutenção que, por princípio, quem intervinha na
manutenção dos espaços era a Câmara mantendo-os limpos, adequados e cuidados. Sabia que no caso
dos Clubes de Ténis até tinham verba porque se tratavam de clubes com sócios e jovens a quem
cobravam, sendo a razão por que a comparticipação dada pela Câmara era a manutenção dos campos, o
pagamento da luz elétrica gasta pelos projetores durante muitas horas resultando em verbas avultadas
que liquidavam em nome dos clubes e atletas, alguns até de alta competição, para poderem praticar
desporto nas instalações municipais
Concluiu referindo que aquele era um princípio básico porque não concessionavam as instalações
públicas que deviam de ser mantidas pelo público
O Membro Artur Sanina referiu que a intervenção do Presidente da Câmara quanto ao Natação Clube
tinha sido muito clara, sendo que o próprio Presidente do Clube reconhecia a existência da divida para
com a Câmara. Contudo, a preocupação não era propriamente a questão monetária mas antes as
condições de trabalho existentes. Sabia bem ao que o Presidente do Clube se referia porque tendo
pertencido a um clube de natação durante oito anos em que tinham treinos bidiários, de manhã e ao
final do dia ou à noite já com as instalações fechadas, presentemente o que estava a suceder era que
existiam dificuldades por parte dos atletas que estavam a evoluir para outros escalões a pívol pacional



onde o grau de exigência era maior, por não terem aquela possibilidade. Anteriormente era dada a possibilidade dos professores poderem abrir as instalações e treinarem fora dos horários de funcionamento da piscina o que atualmente não era permitido por imposição das normas de qualidade. ----O que se verificava era que as pessoas não estavam a frequentar tanto as piscinas pelas diferenças de temperaturas existentes entre as instalações da piscina e os balneários que resultavam num forte choque térmico. Tinha sido mencionada a existência de uma caldeira a necessitar de reparação e os chuveiros também não estavam em condições, sendo que na reunião realizada entre o Presidente da Câmara e a Direção do Clube, o Presidente da Câmara tinha informado que já tinha sido adjudicado o fornecimento do equipamento necessário para os chuveiros._____ ----A maior preocupação residia no facto do clube, que anteriormente tinha setecentos atletas, presentemente ter apenas quatrocentos e as condições das piscinas não serem as melhores devido ao enorme choque térmico entre as piscinas e os balneários o que levava as pessoas a deixarem de ir às piscinas estando o Clube a enfrentar uma situação de quebra de receitas. Portanto, e não podendo julgar porque quando tinha sido atleta tinha apenas três professores, tinha sabido que no Natação Clube existiam seis professores contratados e cinco a recibo verde o que representava um elevado número, implicando os vários pagamentos, como a Segurança Social para o que necessitam de apoio urgente. ----Concluiu reiterando que no momento eram as condições de trabalho que os preocupavam, desde logo o facto de não poderem efetuar os treinos bidiários necessários pelas exigências da competição, tendo um segundo lugar a nível nacional, e pelas condições em que a piscina se encontrava, embora verificasse que a Câmara estava preocupada, constatando na revisão ao orçamento a existência de uma verba para o melhoramento de instalações desportivas, que esperava, abrangessem a piscina. ----O Presidente da Câmara disse que os problemas identificados pela Direção do Natação Clube perante a Câmara Municipal tinham sido os que ele tinha referido. ----Em relação às piscinas, no momento estavam a ser colocados os painéis solares térmicos, e já se encontrava aberto o concurso para dois reservatórios de água quente porque os atuais estavam deteriorados. As piscinas requeriam um investimento de cerca de meio milhão de euros porque tinham estado vários anos sem manutenção, contudo estavam a ser completamente monitorizada para aguentar o sistema com qualidade havendo, todavia, uma altura em que teriam seguramente que as fechar para executarem intervenções de fundo num concurso da ordem de grandeza que tinha referido e que teria que acontecer num futuro próximo. ----Sobre as considerações da Direção que pretendia ter uma chave para utilizar quando entendesse, o que podia referir era que o Natação Clube mesmo com as condições que dispunha atualmente estava a obter excelentes resultados desportivos talvez como nunca tinha alcançado, pelo que considerava que se tratava de uma falácia. As condições tinham que ser melhoradas e acreditava que quando tal acontecesse teriam mais atletas, mas não apoiavam mais o Natação Clube porque não podiam, não



tinham. Também já tinha proposto ao Natação Clube que eles ficassem com as piscinas o que, obviamente, não tinham aceitado porque estas requeriam uma manutenção anual na ordem dos trezentos e cinquenta a quatrocentos mil euros, desde o gás, à limpeza e manutenção, pelo que interessava que se mantivesse como uma instalação municipal já que uma vez coletivizada representaria um custo para todos. Por isso, para que não houvesse demagogia ou cartas de conforto muito simpáticas, tinham que tomar opções, sendo que reparar convenientemente as piscinas requeria entre trezentos e cinquenta mil e meio milhão de euros e o seu encerramento para serem executadas as intervenções nos tanques que apenas poderiam ocorrer se estes não tivessem água, para além do sistema de climatização, entre outros. Com o encerramento das piscinas o Natação Clube iria ter, de facto, um problema pois as aulas teriam que acontecer noutro local. Porém o corrente ano estava salvaguardado porque estavam a proceder a um conjunto de intervenções tentando programar progressivamente a intervenção nas piscinas que apenas podiam efetuar com a existência de alguma receita ou verba disponível de modo a irem intervencionando, o que até ao presente não tinha sido possível, sendo que na existência de uma análise negativa tinham encerrado as piscinas e chamado o Delegado de Saúde para também controlar as análises. Tinham encerrado para evitar problemas como por vezes se ouviam na comunicação social. ----Acrescentou que aquele era o ponto de situação quanto ao Natação Clube e à instalação das piscinas que tinham sido construídas no ano de mil, novecentos e noventa e nove e que nunca tinham sido alvo de grande manutenção sendo que, por isso, começavam a apresentar problemas em alguns setores estratégicos, coisas que não estavam a funcionar ou que estavam a funcionar menos bem._____ ----Para concluir, disse que reconhecia as dificuldades que o Membro Artur Sanina tinha identificado e que estavam a fazer por monitorizá-las e colocá-las em funcionamento com qualidade, que não se verificando, a piscina seria encerrada sendo que nessa circunstância, obviamente, o Natação Clube teria um problema. ---- O Membro Luís Silva referiu que tinha remetido uma moção via correio eletrónico para a Assembleia Municipal que não tinha sido aceite mas que de qualquer formar se tratava de um assunto importante. ----O Presidente da Assembleia pediu para que o Membro informasse porque é que não tinha sido aceite. ---- O Membro Luís Silva referiu que não tinha que o dizer e que não estava a fazer comentários, contudo se o Presidente da Assembleia o pretendia, passava a ler a resposta que lhe tinha sido remetida o que considerava desnecessário. ----O Presidente da Assembleia afirmou que se o Membro o julgava desnecessário não devia ter referido que a moção não tinha sido aceite, porque não tinham sido aceites muitas moções que tinham entrado fora de prazo, sendo aquela uma delas. _____



O Membro Luís Silva referiu que não pretendia, de alguma maneira, por em questão a decisão do
Presidente da Assembleia
O Presidente da Assembleia disse que o Membro fizesse o favor de não apresentar a questão como
moção pois já tinha referido que não existiam mais moções tendo havido apenas uma, apresentada pela
CDU e aceite porque entregue dentro do prazo. O que o Membro pretendia expor até se tratava de uma
recomendação, pelo que fizesse o favor de apresentar.
O Membro Luís Silva referiu que se tratava de um documento dirigido ao Presidente da Câmara sobre
um assunto importante que se prendia com o atravessamento da passagem de nível da Porta Nova e
que passava a ler:
"Tendo em conta que da requalificação da passagem de nível da Porta Nova resultou uma situação
de risco elevado para o atravessamento de bicicletas e motociclos;
Tendo em conta que se tem verificado um elevado número de acidentes naquela passagem de nível,
em particular em ciclistas;
Tendo em conta que alguns desses acidentes foram graves obrigando à presença de viaturas do INEM
e ao respetivo transporte para o Hospital Distrital do Algarve;
Tendo em conta que uma boa parte dos acidentados são turistas que não têm possibilidade de
conhecer o perigo em que incorrem com o atravessamento da passagem de nível;
Tendo em conta que a sinalização existente no local é manifestamente insuficiente;
Tendo em conta que se aproxima um período de maior afluência turística;
A Coligação Democrática Unitária, 27 de abril de 2015."
Acrescentou que não existia sinalética sendo que ele próprio já lá ia caindo de mota. Quando
abordavam o atravessamento da passagem, a linha de caminho-de-ferro apresentava-se de tal modo
que o atravessamento se não fosse efetuado cuidadosamente, facilmente a roda do veículo entraria nos
rails originando uma queda, e não pretendia que a Câmara fosse responsável por aqueles acidentes
O Presidente da Assembleia referiu que a intervenção do Membro Luís Silva era pertinente não
podendo ser tida como moção pelos motivos já explicados, todavia certamente que o Presidente da
Câmara podia explicar a situação
O Presidente da Câmara disse que para dar um primeiro enquadramento, nos termos de um
protocolo que em tempos, não por ele, tinha sido assinado entre a Câmara e a REFER – Rede Ferroviária
Nacional, a passagem de nível da Porta Nova deveria de estar encerrada, o mesmo acontecendo com
mais duas ou três em Tavira. A REFER pretendia encerrar a passagem de nível, pelo que tinham andado
em negociações de modo a que se mantivessem abertas, embora existisse um protocolo assinado pela
Câmara datado do ano de dois mil e seis. Relativamente àquela passagem de nível tinham sido
executada uma primeira intervenção no ano de dois mil e onze que não tinha ficado totalmente em
condições porque a REFER tinha pretendido a solução atual mesmo após a chamada de atenção por



parte da Câmara para o facto de as sulipas estarem demasiado baixas, cuja correção não tinha sido autorizada pela REFER. Já lá tinham caído várias pessoas, tendo uma delas partido uma perna, sobre o que tinha tido respondido ao Ministério Público porque alguém tinha apresentado uma queixa contra ele, tendo o processo sido arquivado. Existia de facto um manancial de reclamações quer na PSP -Policia de Segurança Pública quer na Câmara que tinham sido remetidas à REFER, sendo que pensava que no próximo dia doze de maio seria presente a Reunião de Câmara um novo protocolo com a REFER em que esta se comprometia a pagar cinquenta por cento da intervenção a efetuar para a reparação da passagem de nível tanto da sinalética como, sobretudo, do piso que teria uma solução semelhante à adotada na passagem de nível da Conceição/Cabanas com o piso emborrachado, levantado e que baixava à passagem dos automóveis constituindo uma solução inovadora aprovada pela REFER e que, teoricamente faria com que as pessoas deixassem de cair. A intervenção seria executá-la independentemente do protocolo porque seria a Câmara a executar sendo que apenas receberia os cinquenta por cento à posteriori. A intervenção teria um custo de cerca de oitenta e quatro mil euros, constituindo-se como mais uma necessidade para a incorporação do saldo de gerência para a poderem executar. ----Para terminar, referiu que aquele assunto já tinha sido discutido em muitos locais, inclusivamente em Reunião de Câmara sendo urgente a realização da obra, que uma vez lançada, esperava estivesse a acontecer pelo mês de julho já que se tratava de um ajuste direto com consulta a três empresas. Assim, em princípio, no verão iria existir empreitada a decorrer. ----A Membro Maria do Rosário Afonso disse que as suas palavras eram fundamentalmente dirigidas ao Executivo Municipal, de agradecimento pelo apoio que lhe tinha sido concedido para editar a livro que se encontrava distribuído pelos membros da Assembleia. Apenas tinha a referir que, de facto, sem o apoio da Câmara Municipal a sua publicação teria sido muito difícil. A obra revertia a favor da Casa do Povo de Santo Estevão onde se encontrava à venda, pelo que se algum dos presentes pretendesse adquirir mais algum exemplar seria por uma boa causa. ----O Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Membro Maria do Rosário Afonso e disse que tinha gostado bastante do discurso de 25 de Abril que tinha elaborado, tendo sido muito sensibilizador porque feito em verso. Para conhecimento de todos aproveitava para esclarecer sobre a forma como estavam a editar os livros. Tinham havido tempos em que a Câmara adquiria todas as edições tendo por isso um armazém cheio de livros e chegado a possuir edições de quinhentos, setecentos e mil exemplares. Assim, tinham decidido que apenas editavam os que considerassem indispensáveis sabendo que desse modo viabilizariam edições mais pequenas com uma aposta clara na reimpressão caso se verificasse o interesse. Daquele modo sabiam que os livros circulariam e não ficavam com grandes stocks, sendo aquela a linha que pretendiam continuar a seguir.



Agradeceu à Membro Maria do Rosário Afonso pelo livro e se escrevesse outro seguramente que
poderia contar com o apoio da Câmara Municipal. Lamentava não ter podido estar presente no
lançamento do livro mas encontrava-se ausente, sabendo todavia, que a Vice-Presidente bem como um
conjunto de personalidades tinham estado presentes e, pelas fotografías que tinha visto, considerava
ter sido uma boa cerimónia
A Membro Maria Otília Cardeira disse que a sua intervenção era no sentido de manifestar a
congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Ereção Canónica do Centro Paroquial de Cachopo e o
reconhecimento do Estado português pelo trabalho desenvolvido pelo casal, Albino José Ramires e
Cláudia Martins. Gostava pois de manifestar o profundo reconhecimento do Município de Tavira e da
Junta de Freguesia de Cachopo pela dedicação aos idosos da Freguesia e desenvolvimento da economia
social do Concelho.
O Membro José Graça agradeceu ao público presente o gosto de quererem assistir aquela
Assembleia Municipal e de estarem ali presentes.
Disse que o Presidente da Assembleia se tinha referido à realização do Congresso extraordinário da
ANMP, pelo que gostava de dirigir, em nome da bancada do PS, uma palavra de saudação pela forma
como tinham decorrido os trabalhos e como tinham sido orientados para que os portugueses tomassem
conhecimento dos problemas que os Municípios, e em geral as Autarquias portuguesas, atravessavam
diariamente. Deixava a sugestão ao Presidente da Assembleia para fazer chegar a todos os membros a
resolução aprovada no Congresso para que todos pudessem comungar das preocupações da
generalidade dos Municípios e, como já tinha dito, eram também preocupações das freguesias.
Finalmente gostava de apresentar um assunto relacionado com a segurança da circulação na EN -
Estrada Nacional 125, particularmente agravada pelo aumento da circulação rodoviária após a colocação
das portagens na Via do Infante, mas também com a procura cada vez maior de cidadãos estrangeiros
no Algarve, registando o sucesso acumulado ao longo dos últimos anos, das viagens Low Cost de avião.
Os visitantes chegavam a Faro e alugavam um carro partindo à descoberta da Região e, de facto, cada
vez mais se via na estrada, para além dos espanhóis e dos transportes pesados que circulavam na
EN125, viaturas de matrícula portuguesa mas conduzidas por cidadãos estrangeiros que tinham pouco
conhecimento da estrada e das suas condições de circulação. Nos últimos dois, três meses, tinha sido
particularmente notado o agravamento das condições do piso, nomeadamente nas zonas de interceção
do Concelho de Tavira com o Concelho de Olhão e com o Concelho de Vila Real de Santo António.
Há alguns dias tinha reparado no inicio da obra de uma grande unidade comercial na zona norte da
EN125 em Tavira, pelo que pretendia chamar à atenção, solicitando à Câmara que, para além do
acompanhamento dos trabalhos daquele investimento, também no âmbito do concurso de beneficiação
da EN125 no território municipal que pensava estar a ser desenvolvido no momento, fossem
consideradas como necessárias algumas medidas de segurança para garantir o acesso não apenas ao



Quartel da GNR, cuja preocupação já tinha sido demonstrada no ano de dois mil e nove, mas também
no acesso ao novo estabelecimento comercial que pensavam iria abrir no inicio do próximo mês de
julho
De facto, não existiam passeios naquela zona, sendo natural e espectável que muitas pessoas se
deslocassem para aquele estabelecimento comercial a pé, tal como já acontecia junto à rotunda da Nora
Velha que tinha recentemente sido alvo de beneficiação. Não podiam deixar de efetuar aquele alerta de
modo a que as obras fossem acompanhadas
Por outro lado esperava que o perfil que tinha sido adotado junto à Urbanização Nova Tavira
também viesse a ser adotado para aquela zona e desconhecia o projeto, mas tratava-se de uma zona de
potencial conflito na entrada da estrada de Santo Estevão. Quem circulava na EN125 ao virar para Santo
Estevão, por vezes com alguma velocidade, tinha prioridade, contudo quem vinha do lado de Santo
Estevão não tinha muita margem de manobra pelo que, por vezes as alfarrobeiras que ali se
encontravam sofriam impactos desnecessários
O Presidente da Câmara referiu que estavam a aguardar porque existia um cronograma de
beneficiação da EN125 para o lance entre Olhão e Vila Real de Santo António. Já era uma obra que
pecava pela demora e a estrada encontrava-se cada vez mais deteriorada especialmente na zona de Vila
Real de Santo António, Castro Marim e saída de Olhão porém, o seu estado em Tavira também já
começava a ser preocupante
Obviamente que as medidas de precaução em função do que se instalasse junto à EN125 seriam
tomadas, tendo aquela situação já sido comunicada à EP — Estradas de Portugal. Relativamente à
entrada da estrada de Santo Estevão, como era do conhecimento de todos, já há algum tempo que a
Câmara Municipal de Tavira tinha um projeto de alargamento do estreitamento existente. Tratava-se de
uma obra que estava quantificada em cerca de quarenta mil euros e que já deveria de estar concluída já
tendo levado a alguns acidentes. Acrescentou que o Pingo Doce iria efetuar aquela obra porque tendo-
se disponibilizado para tal, a Câmara tinha-lhes cedido o projeto para o alargamento da estrada de
Santo Estevão. Obviamente, que todas aquelas eram preocupações que tinham, a obra estava a
decorrer, conheciam o projeto, pelo que estavam a tentar interligar sendo que o Pingo Doce tinha
assumido uma parte que era da Câmara, cerca de quarenta mil euros daquela intervenção. Todavia,
para a obtenção da licença do estabelecimento o acesso a peões teria que estar assegurado,
nomeadamente no atravessamento da EN125 que era um problema real, tal como o era na Pegada, em
Marlim, no acesso ao Minipreço que tinha um passeio mas do outro lado da estrada. Era perigosíssimo,
mas era a realidade da cidade de Tavira que de alguma forma era atravessada pela EN125 sendo muitas
das medidas minimizadoras de difícil implementação
Concluiu dizendo que, seguramente iriam verificar com as EP de acordo com as realidades que iam
aparecendo, sendo aquela uma preocupação



O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções referiu que possuía apenas
uma inscrição do público, sendo que passaria a palavra ao cidadão Jorge Lopes para que apresentasse o
assunto que ali o levava.
O cidadão Jorge Lopes referiu que não querendo perder muito tempo, iria direto ao assunto.
Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que certamente estaria recordado que numa apresentação
que tinha andado a fazer relativa a alguns projetos ou algumas soluções que tinha previsto para a
cidade, ele tinha-o confrontado com uma determinada questão. Na altura tinha-lhe sido pedido para
aguardar que alguém o iria contatar de modo a desenvolverem o assunto, todavia ali estava novamente
a questionar sobre o mesmo esperando não ter que ficar novamente a aguardar.
Sendo o Presidente da Câmara a entidade máxima, gostava que fosse estudada a possibilidade de
serem reduzidas as taxas que, no momento, estavam a ser aplicadas na questão das inspeções
relacionadas com os elevadores. Como todos sabiam e muitos conheciam-no, ele conhecia bastante
bem a questão, sendo que se verificava que, no Algarve, os valores cobrados eram completamente
diferentes uns dos outros e, presentemente, o Município de Tavira era o que tinha as taxas mais
elevadas. Para terminar, convidava a Câmara de Tavira a seguir o exemplo do Concelho de Olhão, cuja
Autarquia recentemente tinha procedido a uma reavaliação das taxas e tomado a melhor posição
possível que, para além de já serem quase cinquenta por cento mais reduzidas que em Tavira, ainda
tinham baixado mais o preço.
O Presidente da Câmara disse que tinha anotado a situação, que já não se recordava, mas queria
acrescentar que nunca tinha havido qualquer alteração naquele ponto da tabela de taxa, pelo que
teriam que revisitar o assunto. De facto, já tinham efetuado algumas alterações na tabela de taxas como
a eliminação da taxa de avaliação de projetos que existia, mas não tinha ideia de ter sido alterada na
questão dos elevadores. Terminou referindo que tinha anotado a questão e que, seguramente
tentariam melhorá-la
O Presidente da Assembleia informou que iriam entrar na ordem de trabalhos e que os dois
primeiros pontos eram apenas de informação sendo o número um sobre a informação relativa à
assunção de compromissos plurianuais ao abrigo de competência delegada – Proposta 194/2014/CM e
o número dois, informação relativa às declarações de compromisso plurianuais de pagamentos e
recebimentos em atraso. Por questões legais tinham que se constituir como pontos isolados não
podendo integrar o ponto número três relativo à apreciação da informação do Presidente da Câmara
Municipal sobre a atividade municipal
O Presidente da Câmara explicou que se tratavam de dois pontos apenas para dar conhecimento à
Assembleia Municipal e que resultavam da delegação de competência na Câmara, que a Assembleia
tinha aprovado. O ponto número um referia-se a uma assunção de compromisso plurianual dos serviços
móveis sendo que com regularidade iam apresentando ali a assunção de compromissos conforme



fossem sendo decididas. Quanto ao ponto número dois, continha a relação de todos os devedores à
Câmara, cujos valores estavam a fazer por recuperar, nomeadamente com um plano de regularização
das rendas de habitação social reduzindo conforme tinha sido anunciado, os cinquenta por cento de
agravamento. Aquela relação resultava de uma obrigação legal.
Passando ao ponto número três, o Presidente da Câmara informou que se tratava da atividade
municipal que tinha acontecido entre o dia vinte e sete de fevereiro e aquele mesmo dia, vinte e sete de
abril
Tinham-se verificado vários eventos e exposições
Efetuou-se um conjunto de atividades com o Todos a Caminhar e Todos a Pedalar
Também se tinham realizado o <i>Algarve Bike Challenge</i> e as Clássicas do Sotavento – O Troféu do
Restaurante Alpendre
Aconteceu um conjunto de provas de BTT com as Abas de Geadas que tinham ocorrido no último
final de semana
No corrente ano, tinham entrado nos Jogos de Quelfes com a participação de um conjunto de
Municípios e do movimento Olímpico e Paraolímpico.
Quanto às feiras de artesanato gostava de referir que no último mês não se tinham realizado feiras
de artesanato porque tinham que definir a questão. Tinham pensado atribuir a organização às
associações de artesanato, contudo existiam oito associações para sete dias da semana, o que se tinha
tornado complicado, não sendo possível a realização de uma feira semanal por associação. Assim, na
quarta-feira seguinte iria realizar-se uma reunião com as associações de modo a tentarem definir o
modelo de realização das feiras de artesanato que, obviamente eram para continuar, mas seguindo um
modelo mais apertado já que não existiam tantos dias na semana.
Referiu o Festival de Gastronomia e a Mostra da Primavera que tinham acontecido no último final de
semana
Na Biblioteca Álvaro de Campos tinha-se efetuado um conjunto de palestras com jovens e a Semana
da Leitura.
O programa Música nas Igreja continuava a ter bastante audiência.
Tinha-se realizado um concerto na Casa do Povo de Santo Estevão.
Os passeios da Dieta Mediterrânica continuavam a acontecer tal como um conjunto de passeios
resultantes da atividade cultural do Museu e do seu Serviço Educativo
A Semana Santa conteve um conjunto de iniciativas religiosas que considerava terem decorrido com
muita dignidade. Talvez pela novidade, destacava a Via Sacra que tinha contido alguma realização mais
aprofundada e tinha sido muito participada



Tinha-se realizado o concerto da Semana Santa que tinha sido fantástico, e interpretado pela
Orquestra do Algarve juntamente com o Coro Ossónoba de Estoi que tinham dado um brilhante
espetáculo de vozes.
O Turismo do Algarve tinha apresentado o Plano de Marketing Estratégico 2015-2018 para a Região
do Algarve e, no dia vinte e cinco de abril, tinha acontecido a Sessão Solene do 25 de Abril.
Passando ao tema de obras referiu que estavam algumas a decorrer, encontrando-se outras em
preparação.
A empreitada do edifício de Rua Mártires da República encontrava-se em fase final do procedimento.
Quanto à segunda fase da Rua José Pires Padinha tinha assinado o contrato naquele mesmo dia.
Tinham uma planificação para aquela segunda fase se iniciar em abril, o que não iria acontecer. Assim,
tinham marcado a data de início da segunda fase referente ao espaço compreendido entre a Câmara
Municipal e a Ponte dos Descobrimentos, para o dia sete de setembro, dia imediatamente a seguir à
realização da Feira da Dieta Mediterrânica, sendo que a empreitada tinha que estar concluída até ao
final do ano. Contudo, não existiriam ali intervenções durante o verão, dado que previa que a primeira
fase estivesse concluída no máximo dentro de quinze dias, procedendo-se posteriormente à limpeza
para que o espaço fosse aberto ao público até porque se aproximava o verão e aquela zona tinha que
estar disponível
O Edifico do Compromisso e a segunda fase da Rua José Pires Padinha estavam em concurso sendo
que no caso do Edifício do Compromisso, também financiado pelo PO – Programa Operacional, havia um
problema com o empreiteiro que estava a atrasar o início da obra. Quanto à estrada entre Tavira e o
entroncamento da Nossa Senhora da Saúde o concurso também seria no âmbito do que iriam aprovar
naquela Assembleia, sendo que iriam lançar um concurso para pavimentação integral que iria ser
executado por fases
A empreitada da Rua João Vaz Corte Real estava a decorrer a bom ritmo tal como a Igreja de São
Roque cujo cronograma estava a ser cumprido
Quanto às Muralhas da Rua dos Pelames e o Acesso Conceição/Cabanas já se encontravam
concluídas, sendo que no momento estavam a proceder ao prolongamento da obra da passagem de
nível de Cabanas para tentar resolver o acesso aa curva aumentar o acesso na Rua da Estação que,
brevemente, também iria ser arranjada num concurso que estavam a preparar
A Sala do Palácio da Galeria também já estava concluída e, finalmente tinham recebido todo o
equipamento de diversão escolar que já estava colocado nas quatro escolas, Escola Básica D. Manuel I,
Centro Escolar Horta do Carmo, Escola EB1 de Cabanas de Tavira e no Jardim de Infância "O Eco".
Tinham aguardado oito meses pelos esquipamentos sendo que, presentemente, o processo encontrava-
se encerrado e as escolas tinham novos equipamentos.



Para terminar, o Presidente da Câmara referiu que se encontrava em funcionamento a nova
aplicação com toda a informação da Câmara Municipal atualizada num diretório acessível a todos os que
possuíssem Smartphones
O Membro José Graça agradeceu a apresentação e referiu que apenas pretendia deixar registada
uma preocupação sobre os grafitis que começavam a abundar na cidade. Uma das intervenções
apresentada e que tinha terminado há pouco tempo tinha sido vandalizada, e referia-se ao Muro da Rua
dos Pelames, junto ao Centro Coordenador de Transportes, que tinha sido requalificado há pouco
tempo, o mesmo se verificando em outros edifícios públicos e privados do Centro Histórico. Assim,
gostava de questionar a Câmara no sentido de saber se em conjunto com a PSP tinham efetuado algum
trabalho no sentido de conter aquele tipo de ações ou se a PSP tinha dado continuidade ao trabalho de
fiscalização.
O Membro José Alberto Correia referiu que em complemento do que tinha sido adiantado pelo
Membro José Graça, gostava de questionar também a Câmara sobre o que existia previsto em termos
de estratégia global para posterior integração daqueles artistas de rua. Considerava que ao verificar-se
aquela nova postura urbana poderia e deveria de ser enquadrada para que não causasse estragos e
trouxesse, de alguma maneira, uma melhor harmonia a todos.
O Membro João Carvalho disse que se gostaria de associar ao que tinha acabado de ouvir sobre o que
acreditava que todos comungavam. Pensava já ter ouvido o Presidente da Câmara falar sobre aquele
assunto, sobre o ódio existente àquele tipo de pseudoarte que, gostava de recordar, que em muitos
locais da europa o que tinha resultado tinha sido, quer nos imóveis públicos como privados, pintar por
cima das pinturas as vezes que estas aparecessem. Mencionava também o exemplo da Junta de
Freguesia relativamente aos bancos do jardim que quanto a ele, e era algo conservador naquelas
matérias, não sabia se outras pinturas não poderiam ter sido efetuadas pelos pseudoartistas noutros
locais resultado do exemplo. Considerava que era necessário algum cuidado naquelas matérias não
dando qualquer tipo de publicidade, pintando imediatamente a seguir e não criando qualquer tipo de
guerra. Terminou dizendo que se associava a todos os que pretendiam combater aquela praga que
estragava zonas bonitas da cidade
O Membro Artur Sanina disse que a exemplo da última Assembleia Municipal, o Presidente da
Câmara ao efetuar a análise da atividade municipal se tinha cingido à cidade, à exceção de Cabanas
sobre o acesso. Assim, gostava de ouvir a opinião sobre alguns aspetos.
Relativamente às Quatro Águas pensava que a intervenção tinha parado, pelo que gostaria de saber
se de facto assim era, por que razão e se a Câmara tinha alguma posição relativamente à questão.
Tinham verificado que a Sociedade Polis no Algarve e sua costa, não bastando o problema das
demolições que naquele mesmo dia tinham sido a razão para a entrega de providências cautelares,
ficando suspensas, alegavam como preocupação para a intervenção a defesa do ambiente, erosão,



avanço do mar entre outras, mas sabia da existência de projetos para resorts naquelas zonas. No caso de Tavira, desconhecia qual era a situação das Quatro Águas, mas os canais continuavam com os problemas de assoreamento, sendo que os pescadores tinham manifestado ao grupo do BE - Bloco de Esquerda uma questão também relacionada com a legislação atual que não lhes permitia seguer levar para casa o tradicional balde de peixe que não obedecia às medidas e por isso dado pelo mestre, devido à forte fiscalização. ___ ----Em termos de atividade autárquica compreendia as políticas do Presidente da Câmara, a preocupação com os desequilíbrios financeiros embora a população, no momento, perguntasse pela obra realizada a que muitos respondiam que nada tinha sido feito não compreendendo o papel que o Executivo estava a desempenhar e o esforço financeiro que estava a ser realizado. Todavia, ao longo do esforço financeiro e pertencendo ele à Comissão da Juventude tinha pedido aos jovens para exporem os seus projetos e as suas ansiedades, tendo-lhe sido transmitido que não existiam o que também deveria constituir uma preocupação dos diversos órgãos na construção de uma política para a juventude. Assim, questionava, independentemente de todas as intervenções que ali iam aparecendo, sobre a existência de uma política para a juventude e o que pensavam fazer para a cativar.___ ----Referindo-se às intervenções, o Membro Artur Sanina mencionou que via com alguma preocupação o facto de apenas se verificarem requalificações de ruas, pois permanecia com a ideia de que o cidadão não estava a ter o devido espaço para circular pelo preenchimento dos passeios com esplanadas e expositores de roupa. O Presidente da Câmara tinha referido há alguns meses atrás que a fiscalização estava a atuar, contudo parecia que nada tinha sido feito pois os espaços continuavam a ser ocupados por aquelas estruturas. _____ ----Acrescentou que resumidamente aquelas eram as suas preocupações, sendo que gostaria de saber o que estava a suceder com a Sociedade Polis e qual a preocupação da Câmara em relação àquela questão, às políticas de juventude, sobre o que estava a pensar fazer quanto às pessoas da serra que se sentiam sós, independentemente dos melhoramentos nos caminhos, cuja preocupação de aumentar as acessibilidades daqueles pessoas compreendia perfeitamente, mas gostava de saber quais eram as preocupações para os próximos dois anos. ----Para terminar, disse que aproveitava e já que tinha sido abordada a questão dos eventos realizados, como membro da Associação José Afonso, informar que no próximo dia trinta de abril se iria realizar mais um evento composto por um jantar convívio com a participação de quatros artistas e uma escritora sendo que, feliz ou infelizmente, já se encontrava esgotado o que lhes dava grande alegria e reforçava a necessidade do que tinham solicitado à Câmara embora sabendo que se encontravam numa lista onde existiam ainda cinco ou seis entidades à frente, contudo não queria deixar de reiterar aquela preocupação.



----O Presidente da Câmara referiu que relativamente às pinturas das paredes do Centro Histórico, desconhecia qual seria a melhor metodologia. Havia quem dissesse que seria pintando sempre que fosse estragado. Tinham-no feito e volvidos dois dias as pinturas estavam lá outra vez, pelo que não lhe parecia viável continuar naquele procedimento. Há algum tempo atrás, quatro jovens tinham sido detidos por terem sido apanhados a efetuar pinturas. A sansão que estava a ser negociada pelos advogados era que eles tivessem que pintar paredes, monitorizados pela Câmara, tendo ele inclusivamente já algum tempo dado indicações sobre o assunto porque se encontravam em fase da aplicação da sansão determinada pelo Juiz. Assim, tinham que pintar paredes até ao valor do prejuízo causado no Centro Histórico. Obviamente que esperava que a PSP fizesse o seu trabalho, porque havia quem gostasse e quem não gostasse de grafites, do que ele não era muito apreciador, contudo o que encontravam não eram grafites mas puro dano da propriedade pública e privada. ----Quanto aos bancos, os mesmos eram pintados ocasionalmente, todavia estava certo de que se pintassem, no dia seguinte apareceriam novamente com pinturas. Pensava que aquela moda não iria acabar, pelo contrário, sendo que estavam a dar demasiada atenção ao assunto que era o que os jovens gostavam, que faziam concursos nas redes sociais sobre quem pintava mais e em locais mais visíveis e, no dia seguinte, aparecia tudo pintado novamente, pelo que não lhe parecia ser uma boa ideia. Considerava que a boa técnica seriam a de pintarem pontualmente e, obviamente que a PSP estaria à procura dos jovens até porque conheciam bem a questão já tendo sido detidos quatro, o que tinha levado a uma paragem por algum tempo, tendo-se reiniciado presentemente com mais um grupo. Anteriormente havia o "Enie 1", agora apareceu um "5" e confessava que não conseguia captar a mensagem. Assim, considerava que não deviam de permitir, deviam de penalizar e esperar que fossem apanhados e, obviamente que estavam a articular a situação com a PSP. ----Quanto à questão levantada pelo Membro José Alberto Correia considerava que a mesma já tinha sido respondida. ----Relativamente aos bancos do jardim sabia que tinha sido pintado mais um banco no Parque Verde do Séqua que continha algumas pequenas flores. Pensava que havia vários casos como o exemplo dado pelo Membro João Carvalho, contudo aquele caso seria por estar junto ao local da inauguração do Parque cuja placa tinha sido roubada. Quando o Presidente da Freguesia de Tavira, José Mateus, lhe tinha proposto que os quatro bancos de jardim fossem pintados daquela forma por uma artista, tinha sido por consideração à Dieta Mediterrânica sendo que se verifica uma leitura dos quatro bancos. Todavia, quando as pinturas começarem a ficar estragadas seriam novamente pintados de vermelho porque o momento já tinha passado e era irrepetível. Pessoalmente não lhe chocavam os quatro bancos porque lhe parecia terem uma leitura, mas obviamente que gostos eram gostos e podia garantir que quando aquela pintura estivesse desgastada a próxima pintura seria vermelho.



----O Presidente da Câmara continuou dizendo que em relação às intervenções da Sociedade Polis, não estava parada, pelo que aconselhava o Membro Artur Sanina a dar um passeio a pé até às Quatro Águas, até às Pedras D'el Rei que e certamente veria ambas as intervenções a decorrer. Nas Quatro Águas não se iriam verificar demolições porque a obra era de reabilitação. Eram solidários com os problemas verificados nos Ilhéus, mas felizmente que os tavirenses tinham procedido de modo a que tal não acontecesse. Havia algumas casas em zonas afetadas, na Ilha de Tavira, mas eram dos anos sessenta, setenta. O que estava a ser executado era a reabilitação das Quatro Águas sobre o que tinha passado anos e anos a falar e o certo era que com menor fama estava a acontecer. ----Para os que diziam que não eram executadas obras, opiniões eram opiniões, sendo que cada qual apenas via o que pretendia ou não ver. Os tavirenses tinham votado no ano de dois mil e treze tendo-se expressado quanto ao seu primeiro mandato que, obviamente não tinha sido um primor porque tinham tido muitas dificuldades, e seria novamente avaliado em dois mil e dezassete com o que era necessário executar cumprindo as promessas efetuadas. Nessa altura os tavirenses teriam a oportunidade de se pronunciar, mas durante os oito anos que tinha sido coordenador da bancada do PS tinha repetidas vezes referido naquela Assembleia a necessidade de intervenção nas Quatro Águas e, o certo era que, haviam muitas empreitadas a decorrer, em muitos locais, mas nas Quatro Águas nada acontecia. Presentemente estava a ser requalificada porque a Sociedade Polis estava a executar a obra, porém nada estava a dar à Câmara uma vez que tinham pago cerca de dois milhões e quinhentos mil euros. Assim estavam no direito de exigir que a Sociedade Polis executasse a obra e esta tinha a obrigação de requalificar o espaço público de Tavira, porque como tinham pago, a obra tinha tido que aparecer o que, infelizmente não acontecia a todos. A Câmara de Olhão tinha capital social em divida pelo que o Presidente da Câmara se queixava de que o plano estratégico para Olhão não iria ser cumprido, ao contrário de Tavira, cuja grande parte do plano estratégico se encontrava cumprida. ----Assim, estavam a requalificar a frente ribeirinha, as estradas que eram importantes tendo sido bastante criticado quanto aos acessos que estavam péssimos, e um conjunto de outras intervenções que iriam tentar executar ao longo dos próximos tempos, obviamente, que não apenas na cidade de Tavira mas não se podiam esquecer que era na cidade e arredores de Tavira que viviam cerca de dezasseis mil pessoas representando dois terços da população do Concelho de Tavira, pelo que, teriam que ter um investimento diversificado para haver algum equilíbrio, sendo por aquela razão que na proposta que iriam discutir, a incorporação do saldo de gerência, existiam cinco milhões de euros para obras que abrangiam todas as freguesias e outras que ainda não estavam previstas e que iriam executando. Pretendia apenas afirmar que o que constava no programa eleitoral era para cumprir e que em altura própria o seu cumprimento ou não, seria avaliado. ___ ----O Presidente da Câmara continuou referindo que a empreitada das Quatro Águas não estava parada.

Tinham tido problemas já que se tratava de uma zona que por si era problemática. Tinha-se verificado



um problema com os concessionários cujos direitos de preferência tinham ficado devidamente salvaguardados tendo a sua saída levado algum tempo. Tinha havido um problema com o armazém que tinha sido demolido porque tendo telhas de amianto, tinham tido que aguardar que a proteção do ambiente enviasse técnicos especializados para as retirarem. Depois, tinha-se verificado um problema com o Ginásio Clube de Tavira devido ao facto da intervenção prever uma entrada na zona do restaurante que tinha levado a uma paragem para a resolução da questão que tinha acontecido após reuniões com a presença de representantes da Câmara, Sociedade Polis, DocaPesca e a equipa do Ginásio Clube. Seguiu-se um problema com o proprietário da empresa Tavima - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários S.A. por a obra abranger três metros do seu terreno o que tinha originado mais um conjunto de reuniões para acerto da questão. Tinha-se verificado a existência de canos enterrados cuja localização a Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, EM desconhecia devido a não se encontrarem no cadastro. A destruição do enrocamento também se tinha revelado problemática. O local para o depósito das lamas também tinha constituído um problema estando presentemente a serem depositadas mas salinas. Verificou-se ainda o problema da colocação da grande quantidade de brita. ----Assim, como se constatava tratava-se de muitos problemas para apenas uma zona, para o que entretanto tinham tentado arranjar soluções e, verificando-se que a intervenção iria estar a acontecer no verão, estavam também a tentar conseguir dois milhões e meio de euros para o arranjo dos dois cais, Quatro Águas e Ilha de Tavira, que de momento não estavam garantidos mas que andavam em negociações com o Governo e com a DocaPesca para tentarem encontrar soluções à semelhança da já encontrada para o parque de estacionamento ao lado do mercado que, como os membros tinham visto, já se encontrava executado constituindo-se como mais uma opção. Reafirmava que a obra não estava parada e que sendo muito solidário com os ilhéus, em Tavira aquele problema não se verificava. O assunto que tinha para resolver era o assunto dos tavirenses e a requalificação de Tavira para que se tornasse cada vez mais competitiva. ----Para terminar, o Presidente da Câmara referiu-se à estratégia para a juventude. Considerava que esta tinha que ser efetuada através do diálogo com os jovens envolvendo-os, sendo que nessa matéria tinham trabalho realizado quer nas escolas quer com as associações, cujas dinâmicas se iam localizando. Era aquele o trabalho que iam desenvolvendo diariamente e esperavam que cada vez mais os jovens pretendessem interagir com a Câmara, participando no todo coletivo e nas associações. Disse ainda, que gostaria muito poder apoiar todas as ideias que os jovens tinham e que também se motivassem pela atividade politica que era uma questão importante. Parecia-lhe que mais que um programa escrito era importante ser praticado diariamente com os jovens. ----O Membro Dinis Faísca referiu que já tinha tido oportunidade de dar os parabéns ao Presidente da

Câmara por ter ganho as eleições e queria reiterá-los, mas considerava que não seria necessário estar



constantemente a referi-lo porque o que realmente os tavirenses tinham feito, tinha sido, como tinha dito, avaliar o primeiro mandato. Todavia, se o Presidente da Câmara analisasse os números, recordavalhe que tinha tido um menor número de votos que nos quatro anos anteriores e ainda que a abstenção tinha aumentado, pelo que não sabia se a avaliação tinha sido assim tão positiva. Efetivamente tinha ganho mas com menos votos do que os que nele tinham votado na primeira eleição._ ----Quanto a outra questão considerava engraçado, e não estava muito habituado àquela posição mas quando efetuava aquele tipo de análise gostava de procurar ser imparcial, pelo que considerava engraçado que para umas situações a requalificação das Quatro Águas, quando atrasava, quando tinha problemas, fosse uma intervenção do Governo, quando avançava, quando decorria na normalidade era um sonho de há muitos anos do Presidente da Câmara, finalmente concretizado._ ----Era evidente que se tratava também de uma intervenção da Câmara Municipal pela qual pretendia louvar, pelo que não compreendia que para o mal se atirasse a culpa para quem ali não estava para se defender, e para o bom se recolhesse o "incenso". Considerava que tinham que ser coerentes assumindo as responsabilidades quer para o bom quer para o mau e aceitar as críticas. ----O Presidente da Câmara referiu que gostava de abordar a questão dos resultados eleitorais. No ano de dois mil e nove, felizmente, tinha-se verificado uma eleição muito concorrida e com pouca abstenção. A abstenção penalizava todos não apenas quem estava no Governo, mas todos. Existiam várias listas e, se o membro Dinis Faísca bem se recordava, o PS tinha ganho com quinhentos e quarenta e três votos de diferença para o PSD – Partido Social Democrata, sendo que a repartição de membros da Assembleia tinha ficado algo diferente, até porque naquela altura existiam nove freguesias, tendo o PS ganho cinco freguesias, o PSD três e havendo uma independente. Quadro anos depois, tinham votado menos mil e oitocentas pessoas, questão que obviamente penalizava todos, até porque tinha sido um ano em que as pessoas não tinham pretendido votar tendo-se verificado uma abstenção elevadíssima em todo o país. Presentemente, das seis freguesias, o PS tinha ganho cinco havendo uma independente, a Freguesia de Santa Luzia, e não tendo o PSD ganho qualquer freguesia. Às eleições de dois mil e treze tinham concorrido o PS e uma coligação de quatro partidos, PSD, CDS-PP — Partido Popular, MTP — Partido da Terra e o PPM – Partido Popular Monárquico tendo a diferença ficado em mil, duzentos e quarenta e três votos, passando de quatro para dez por cento. Era pois aquela a análise que fazia cujos dados eram objetivos, tendo todos sido penalizados pela abstenção, mas os resultados eram aqueles. Todavia pensava que o importante era que estavam todos a trabalhar. Aquele tinha sido o resultado, obviamente que tinham perdido votos, de seis mil e seiscentos para cinco mil e oitocentos, mas aquela era a análise que tinha que ser efetuada. Tinha os dados presentes porque pontualmente revisitava-os devido à sua atividade. ----O Presidente da Câmara disse que relativamente à Sociedade Polis considera que tinha ali havido um

equívoco, ou ele se tinha exprimido mal ou o Membro Dinis Faísca tinha percebido mal. O que tinha



referido, e não tinha culpado ninguém do Governo, pelo contrário, tinha referido que se tratava de uma intervenção da Sociedade Polis. Tinha dito que tinham pago a verba à Sociedade Polis pelo que tinham exigido que a intervenção fosse efetuada. O Governo detinha sessenta e dois por cento do capital social da Sociedade Polis, e não tinha imputado culpas a ninguém, sendo que o tinha referido tinha sido que a Sociedade Polis pretendia terminar a empreitada e tinham-se deparado com imensos problemas. Quando a empreitada tinha sido lançada ele já sabia que em julho não iria estar pronta, esperando que estivesse mais adiantada, o que não iria acontecer, pelo que se tornava um problema seu que na qualidade de Presidente da Câmara iria ter que arranjar alternativas no sentido de minimizar os impactos nas pessoas. Não estava pois a imputar qualquer responsabilidade à Sociedade Polis até porque se tinham deslocado para a empreitada de Pedras D'el Rei. ----Abordando o assunto do Porto de Pesca, referiu que se tratava de uma questão diferente sobre o que já tinham falado. Sabia onde se encontrava o projeto porque o Secretário de Estado lhe tinha transmitido diretamente, numa conversa de duas horas que tinham tido no gabinete do Secretário de Estado, que não o considerava rentável. Assim, teriam que aguardar para verificarem alterações no Governo no sentido de voltarem a conversar sobre aquele tema, o que fazia parte da democracia. ----Para concluir, disse que não existia qualquer passa culpas, ele assumia as suas responsabilidades não se escondendo atrás do que quer que fosse, sendo que as suas respostas às questões eram dadas em função do que lhe parecia e do que estava a tentar realizar. ----Para terminar, disse que no ano de dois mil e dezassete seriam avaliados sem qualquer problema, ganhando-se e perdendo-se, pois já por várias vezes ali tinha referido que tanta dignidade tinha os que estavam no Governo como os que estavam na oposição, que representavam pessoas tendo esse facto que ser respeitado sendo que, após as eleições, era como procedia diariamente. ----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 41/2015/CM, referente à APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil – Revogação da adesão. ----O Presidente da Câmara referiu que a Câmara era sócia daquela Associação mas que não tinha qualquer relação com os seus Órgãos Sociais sendo que colaboravam com a Associação quando era necessário, pelo que relativamente à condição de sócio considerava que ou eram ativos ou não eram. Assim, proponham sair da Associação, não pelo valor da quota mas por considerarem que não fazia sentido serem sócios tanto mais que presentemente aquela condição também dependia das contas e, desconhecendo as contas da Associação, estas poderiam representar um problema para o endividamento da Câmara. ----A Membro Muriel Dias mencionou que como membro da CPCJ considerava aquela Associação extremamente importante. Atualmente a APSI era a única entidade no país que era especializada em

segurança infantil, sendo que no mês de setembro seguinte iria lançar uma campanha de prevenção de



atropelamentos de crianças no sentido de alertar para o risco do atropelamento nas crianças e a
necessidade de prevenção dos mesmos.
Referiu que o Presidente da Câmara tinha dito que eventualmente se tratava de uma quota que não
seria necessária mas ela considerava que era uma forma que aquelas associações tinham de dispor de
algumas verbas. Também tinha referido, o que agradecia, que participariam pontualmente em algumas
ações que a Associação realizasse, mas o facto de ser sócio, porque a verba da quota representava
muito importante para a Associação permitindo-lhe dar bolsas de ação de educação parental destinadas
a famílias carenciadas como vinha a efetuar, representava a entrada de verbas que seriam sempre bem-
vindas para a Associação e não apenas os apoios pontuais
Terminou referindo que considerava aquela questão extremamente importante, que iria votar contra
e apelava a todas as bancadas que votassem contra a revogação daquela adesão por considerar ser
essencial para aquele tipo de associações que visavam sobretudo as crianças e que as Câmaras, ou pelo
menos a Câmara de Tavira, continuasse a ajudar com o pagamento daquela quota.
O Membro José Alberto Correia referindo que tinha ficado sensibilizado pelos argumentos
apresentados pela Membro Muriel Dias, informou que iria votar contra
Não havendo mais questões o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi
provada por maioria de catorze votos a favor e treze votos contra.
Passou ao ponto número cinco da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da
Câmara Municipal número 42/2015/CM, referente à APHM – Associação Portuguesa de Habitação
Municipal – Revogação da adesão
O Presidente da Câmara referiu que o argumento era o mesmo da proposta anterior. Não tinham
qualquer envolvimento com aquela Associação de que faziam parte, não sendo ativos. Assim, preferiam
poiar pontualmente quando solicitados para projetos colocados pelas associações quer estivessem ou
aão na condição de sócios
O Membro Brandão Pires disse que relativamente àquela proposta e a semelhantes, considerava que
principio estava correto independentemente do valor das associações, importância, ou bem que
proporcionassem. Pensava que a gestão da Câmara tinha todo o direito de decidir e de aderir ou não a
antas associações existentes, todas elas a prestar serviços importantíssimos, pelo que, julgava ser mais
itil intervir na ação do que intervir em abstrato porque, por vezes, poderiam ser sócios de muitas
ssociações sem terem qualquer controlo efetivo, qualquer intervenção.
Obviamente que não colocava em causa as palavras da Membro Muriel Dias tendo também ficado
ensibilizado mas se fizesse parte do Executivo certamente que teria que tomar decisões como aquela.
xistiam associações importantes, como por exemplo a Associação 25 de Abril de que tinham falado mas
ão devia de ser a razão para a Câmara se envolver na Associação, podendo apoiar em concreto, mas
ensava que por vezes a condição de membro não se coadunava com decisões de gestão sendo,



obviamente, favorável àquela politica de saneamento que estava a ser seguida pela Câmara porque, de
facto, existiam demasiadas relações sendo, do seu ponto de vista, preferível apoiar iniciativas concretas.
A Membro Muriel Dias disse que já que se falava de sócios, iria propor, caso o pretendessem, que os
membros entregassem a sua senha de presença à APSI sendo o que iria fazer com a sua. Tinha-se
esquecido de referir que o protocolo celebrado com aquela Associação também incluía a Escola Fixa de
Trânsito que considerava importante e que desde há cinco anos praticamente não tinha atividade.
O Presidente da Câmara respondeu que aquela situação não estava relacionada com a condição de
sócio.
Colocada à votação a proposta referente à APHM — Associação Portuguesa de Habitação Municipal —
Revogação da adesão, foi a mesma aprovada por unanimidade
Para dar seguimento à ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia passou ao ponto número seis
relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 49/2015/CM, referente à
Assunção de compromissos plurianuais – Delegação de competências no Presidente, até ao limite de
€99.759,58
O Presidente da Câmara explicou que aquela proposta era resultante da prática da delegação de
competência no Órgão Executivo, naquele caso, no Presidente da Câmara cuja prática já existia há
muitos anos. Assim, pediam à Assembleia Municipal que nos termos da Lei recentemente aprovada,
pudessem ser delegados compromissos plurianuais da parte da Assembleia Municipal diretamente no
Presidente da Câmara até ao limite de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e
cinquenta e oito cêntimos, para uma questão de agilização processual sendo que tudo o que fosse
aprovado naquele âmbito tinha que ser apresentado para conhecimento da Assembleia.
O Membro Luís Silva pediu um esclarecimento especial ao Presidente da Câmara sobre a proposta
19/2015/CM quanto ao seu número um, alínea b), para que desenvolvesse mais os poderes que estava a
solicitar à Assembleia, incluindo os projetos de investimento, a reprogramação, contratos de locação,
acordos de cooperação técnica e financeira e ainda, a alínea d) pois gostava de ver a questão algo mais
desenvolvida de modo a decidir o seu voto
O Presidente da Câmara disse que em Reunião de Câmara, em conformidade com a alínea a), tinha
sido revogada a proposta de autorização aprovada em Assembleia Municipal sobre a alteração à Lei dos
Compromissos, pelo que a mesma se tinha tornado ilegal. Assim, tinham tido que efetuar nova
apreciação porque apesar de já ter sido deliberada, com a entrada em vigor da nova Lei, tinha ficado
caduca
Delegar no Presidente da Câmara não resultava de qualquer invenção, estava perfeitamente descrito
na Lei, sendo que existia a possibilidade de aprovar até ao montante de noventa e nove mil, setecentos
e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos de despesas plurianuais, despesas com impacto
nos orgamentos seguintes como projetos de investimento, reprogramações, locações, ou seja, os casos



tipificados que se constituíam como aqueles e que uma vez aprovada a deliberação poderia assumir prestando, obviamente, contas à Assembleia dos compromissos plurianuais. Já se tinham verificado situações que tinham que ficar pendentes até que se realizasse nova Assembleia Municipal, demorando dois meses para poderem avançar por requererem decisão da Assembleia apenas para transitar para outra rúbrica que seria preciso comprometer. Por vezes, tratava-se apenas de uma reprogramação inicial como era o caso de um contrato que se atrasasse sendo que os valores já não estariam corretos, tendo que ser efetuado novo cabimento o que implicaria atrasar o processo visto ter que ser presente à Assembleia Municipal. Assim, era por situações daquela natureza que estavam a solicitar a delegação de competências até ao montante referido que, nos termos legais, era o limite a ser delegado, dando-lhe a possibilidade de, por despacho, poder efetuar reprogramações financeiras. Quanto à alínea d) o que referia era que em todas as sessões ordinárias da Assembleia tudo o que fosse autorizado no âmbito daquela delegação de competências tinha que ser apresentado em ponto de informação para que os membros tomassem conhecimento do que tinha sido autorizado. Como exemplo, referia o contrato dos telemóveis que tinha um compromisso plurianual que presentemente tinha sido revogado ao abrigo da alínea a) da proposta e que se referia a um contrato no valor de vinte e quatro mil euros para terem telemóveis por um período de três anos. ----O Presidente da Assembleia informou que antes de colocar a proposta a votação pretendia retificar as votações com base num esclarecimento que tinha recebido, sendo que os membros da Assembleia apenas não se podiam abster quando estivessem em funções consultivas ou na votação da ata. Assim, significava que não se podiam abster, por exemplo, quando estivessem a representar a Assembleia nas respetivas comissões. ----Pelo que tinha referido iria, após colocar a proposta a votação, repetir as suas votações anteriores, a proposta 41/2015/CM e a proposta 42/2015/CM que também eram deliberativas. ----Colocada à votação a proposta 49/2015/CM sobre a assunção de compromissos plurianuais -Delegação de competências no Presidente, até ao limite de €99.759,58 foi a mesma aprovada por maioria com dezanove votos a favor e oito abstenções. ----Repetidas as votações, a proposta 41/2015/CM sobre a APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil – Revogação da adesão foi aprovada por maioria de catorze votos a favor e treze votos contra. ---- A proposta 42/2015/CM referente à APHM - Associação Portuguesa de Habitação Municipal -Revogação da adesão foi aprovada por unanimidade. ----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 52/2015/CM, referente à Prestação de Contas – Ano 2014. ___ ----O Presidente da Câmara referiu que dava como bom o documento reservando-se para as questões, contudo gostava de se referir às conclusões do mesmo. Obviamente que durante o ano em apreco





executada em noventa e dois, virgula sessenta e cinco por cento e a despesa em sessenta e nove, virgula oitenta e um porcento. A receita tinha aumentado três, virgula quarenta e dois da receita total e a despesa tinha baixado cinco virgula vinte e quatro por cento, sendo que as despesas com pessoal tinham tido uma redução de um milhão e duzentos mil euros, significando dois, virgula oitenta e um por cento, fruto de uma fortíssima contenção das despesas com pessoal, e tendo obtido um resultado liquido negativo em função das amortizações, cuja questão já provinha do passado. ----Tinha-se verificado praticamente uma redução total do passivo a curto prazo, ou seja, se não estava errado, tinha transitado com um valor entre sessenta e cinco e sessenta e oito mil euros de dívidas a fornecedores tendo o valor do ano anterior sido ligeiramente mais elevado, o que refletia que até ao dia trinta e um de dezembro tinha havido uma grande preocupação em pagar a todos, tendo sido o que tinha acontecido à exceção dos fornecedores que não tinham apresentado os documentos, o que se traduzia no início do orçamento do corrente ano com uma melhor situação orçamental. Obviamente que tinham cumprido todos os prazos de endividamento que tinham sido estipulados pelo Governo e estavam no momento a liquidar faturas, a cerca de vinte dias, que era o valor medido entre a data da receção das faturas e o pagamento que efetuavam mensalmente liquidando tudo o que estivesse conferido e tendo ainda capacidade de endividamento. ----Nas contas que ali apresentavam, a trinta e um de dezembro a capacidade de endividamento da Câmara, ou seja, o saldo bancário para a contração de empréstimos bancários, rondava os quinze milhões de euros conforme constava no documento. Obviamente que existiam alguns problemas que seriam apresentados naquela Assembleia mas o que tinham feito era o que todos anunciavam e que por vezes não faziam, todavia na Câmara de Tavira a despesa pública tinha baixado, pelo que se pretendiam direcionar muito mais para a despesa de capital, despesa de investimento, com um conjunto de projetos que estavam refletidos para o ano seguinte de modo a poderem proporcionar algum conforto às pessoas e executar as intervenções mantendo um controlo acérrimo da despesa diária. Era fundamental que a Câmara gastasse menos e melhor de modo a preparação um futuro com o retorno aos tempos do investimento que entendiam ter chegado a altura por considerarem que a Câmara tinha alcançado um patamar que lhes permitia realizá-los, o que até ao momento não tinham sentido condições para fazer. ----Com aquele relatório de contas pensavam realizar alguns investimentos com alguns riscos, com alguns perigos, contudo o endividamento total do Município tinha reduzido, de médio e longo prazo, para cerca de dezasseis milhões e quinhentos mil euros que representavam valor diferente dos vinte e quatro milhões que tinham tido, pelo que, estavam progressivamente a trilhar um caminho que esperava continuasse a dar bons resultados tendo mais despesa de capital para apresentar porque essa despesa significaria investimento produtivo que gerava postos de trabalho e não apenas um investimento virado para os consumos porque a Câmara e a comunidade de Tavira, há muito que tinha o desequilíbrio de ter uma estrutura de custos muito pesada em função da sua receita.__



O Presidente da Câmara concluiu dizendo que não tinham pretendido inventar nada relativamente
ao orçamento pois, como os membros sabiam tinham elaborado um orçamento rigorosíssimo de acordo
com diretrizes da DGAL-Direção Geral das Autarquias Locais em que o seu cálculo tinha tido por base a
média da receita líquidas dos últimos três exercícios. Quando tinham chegado à Câmara no ano de dois
mil e nove, o orçamento era no valor de cinquenta e oito milhões de euros para uma receita de trinta e
dois milhões de euros. Presentemente, o orçamento era de vinte e seis milhões de euros para uma
receita superior
Para terminar, referiu que obviamente estava sujeito aos comentários, contributos e críticas por
parte dos membros a quem tentaria responder e a quem agradecia a atenção porque lhe parecia que
tinha analisado o documento dos diferentes ângulos em função da realidade que tinham e com que
trabalhavam
O Membro João Carvalho disse que considerava que tinham vindo a ser, ou pelo menos tentava, ser
coerente nas suas intervenções, pelo que pedia desculpa por estar constantemente a mencionar o
mesmo assunto. Aquele documento resultava de um grande esforço que as famílias tavirenses tinham
feito. Não negava as contas e até alguma teimosia positiva, mas tinha sido à custa do IMI que nunca
tinha querido baixar apesar de todos os sinais que tinham sido dados e que de ano para ano eram
confirmados pelo aumento da receita. No ano seguinte a cláusula de salvaguarda deixaria de existir,
pelo que considerava que era hora para, primeiramente ser prestada uma homenagem às pessoas que
com muito sacrifício tinham que pagar precisamente, naquele mesmo mês, o IMI enchendo os cofres da
Câmara e, finalmente, já que a moção que tinha apresentado pelos vistos iria tardar, que houvesse
alguma politica de natalidade. Pedia pois que baixasse o valor do IMI e aliviasse as famílias de Tavira
sendo assim coerente com o que representava o seu esforço.
A Membro Muriel Dias referindo que não sendo TOC – Técnico Oficial de Contas ou ROC – Revisões
Oficial de Contas da análise básica que tinha efetuado, constatava que efetivamente existia um aumento
das receitas da Câmara Municipal e as despesas tinham de facto reduzido, talvez ou não, infelizmente
devido às despesas de pessoal resultado das decisões do Governo, mas o que realçava era a situação do
MT que o Presidente da Câmara tinha referido que iria deixar de existir e cuja indicação que tinham era
que tal apenas aconteceria em trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dezassete
O Presidente da Câmara esclareceu que se tinha referido ao facto deste se encontrar em fase de
transição sendo que os valores iriam reduzir progressivamente até à data mencionada quando deixaria
de existir.
A Membro Muriel Dias continuou, referindo que tal como anteriormente já tinha mencionado,
quanto à questão das comunicações da Câmara Municipal refletia um aumento de trinta e oito mil euros
tendo passado de cento e trinta e quatro para cento e setenta e dois mil euros o que demonstrava um
continuo aumento dos custos de comunicações.



Referiu que se encontrava na expetativa de saber quais seriam as próximas intervenções a serem
executadas.
No relatório de contas lia-se a seguinte frase: " o ano 2015 seja associado ao lançamento e
realização de um conjunto de projetos há muito aguardados pela população", o que considerava ser
verdadeiro, todavia esperava que não se verificasse apenas no edificado, apesar de considerar uma
mais-valia para a cidade, mas era importante que o apoio aos jovens não fosse esquecido e insistia na
questão do desporto que, especialmente nas famílias mais carenciadas era um fator essencial para que
as crianças se afastassem de diversos caminhos, o que tinha vindo a ser muito batalhado na CPCJ. Assim,
gostava que uma parte do orçamento da Câmara Municipal fosse dedicado efetivamente a melhorar as
condições desportivas.
Terminou dizendo que não iria efetuar mais criticas sendo que o que tentava era que se verificasse
um trabalho de parceria pelo que gostava que as questões que tinha abordado fossem consideradas
como críticas construtivas no sentido em que a Câmara Municipal apoiasse mais o desporto nos jovens.
O Membro Brandão Pires disse que considerava que não havia muito a dizer. Não era TOC ou ROC
mas era economista e portanto gostava de números. Um documento de prestação de contas daquele
tipo era sempre referente ao que se tinha passado, ao passado reportado a trinta e um de dezembro do
ano de dois mil e catorze e, portanto, daquele ponto de vista, considerava que o que havia de relevante
a mencionar era a qualidade orçamental, ou seja, sendo um orçamento por natureza uma previsão, as
contas em primeiro lugar atestavam se a previsão estava bem ou mal feita. Assim, o primeiro resultado
a evidenciar era que as previsões tinham vindo a melhorar progressivamente sendo que os orçamentos
da Câmara Municipal de Tavira, como vinha sucessivamente a referir quer na apresentação do
orçamento quer das contas, revelavam níveis de execução orçamental superiores a noventa por cento
no caso das receitas e, portanto, a qualidade com que tinha sido elaborado o orçamento era realmente
muito grande, nada comparada aos orçamentos que eram elaborados há cinco, seis ou sete anos, ou até
mesmo antes, que eram orçamentos do "vale tudo", cuja realidade pretendia realçar
O documento refletia ainda o esforço de contenção da despesa que era fundamental, especialmente
no que se referia à despesa corrente, dentro da rigidez a que estavam sujeitos não sendo possível o
despedimento de funcionários públicos como todos sabiam e ainda, um conjunto de restrições que não
permitiam uma gestão do tipo empresarial e, desse ponto de vista, mais facilitada. Portanto, dentro das
restrições a que uma entidade pública, uma Câmara Municipal, estava obrigada, julgava que seriam de
louvar os resultados e a equipa que neles tinha trabalhado.
Concluiu referindo que relativamente aos aspetos que tinham ali sido evidenciados, pensava que
estavam mais relacionado com o ponto seguinte da ordem de trabalhos que se referia às opções, sendo
que era nelas que estava inserido aonde iria ser aplicado o excedente, o valor incorporado para dois mil



e quinze, porque o ponto em apreciação estava mais relacionado com o que se tinha passado reportado
ao ano de dois mil e catorze
O Membro José Liberto Graça disse que pretendia agradecer à Câmara Municipal o esforço realizado
durante os últimos cinco anos, porque não existia verba para quase nada e, para quem desconhecia, a
Câmara não podia adquirir nada sendo que as freguesias também eram atingidas por aquela situação
Presentemente, ao nível do Algarve e talvez do país, a Câmara Municipal de Tavira era a que mais verba
transferia para as freguesias, pelo que considerava que a gestão tinha sido muito bem realizada, sendo
que já tinham havido conversas no sentido de que para o ano seguinte iria haver investimento nas
freguesias. Assim, reiterava os parabéns por parte dos presidentes de junta, afirmava que estavam de
acordo com o orçamento e agradados com a perspetiva do que teriam.
O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezasseis
votos a favor, um voto contra e dez abstenções
Para terminar a ordem de trabalhos, passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da
proposta da Câmara Municipal número 53/2015/CM, referente à 2ª. Revisão ao Orçamento e às
Grandes Opções do Plano (GOP).
O Presidente da Câmara explicou que iriam incorporar sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil,
seiscentos e trinta euros e noventa e oito cêntimos que resultavam do saldo de gerência. Quanto à sua
distribuição tinha dado indicações para que fossem colocados cinco milhões de euros em capital e o
restante em correntes de modo a reforçarem um conjunto de rúbricas.
Não pretendia ser exaustivo, até porque os membros dispunham do documento das Grandes Opções
do Plano, mas referia que iriam reforçar rúbricas correntes pois, obviamente que existiam projetos que
tinham que colaborar. Estavam-se a candidatar a fundos comunitários, nomeadamente dos DLBC -
Desenvolvimento Local de Base Comunitária quer rural, quer urbano, que estava muito direcionado para
políticas de juventude, integração social, famílias e que esperavam ver aprovada porque já tinha sido
qualificada. Assim, para além das verbas da Câmara esperavam que com o próximo quadro comunitário
de apoio a funcionar e a Câmara a trabalhar para encontrar um conjunto de projetos junto às pessoas,
financiados pelo Fundo Social Europeu ao que necessitavam de recorrer para não usarem capitais
próprios, pudessem executá-los, tendo efetuado um reforço das rúbricas correntes de cerca de dois
milhões e trezentos mil euros.
Referindo-se às rúbricas de capital tinham incorporado em rúbricas, como por exemplo educação
onde constavam duas ou três intervenções nas escolas, como a substituição da cobertura do Jardim de
Infância de Santo Estevão, os balneários e o solar térmico da Escola D. Manuel I e, obviamente material
de educação.
Particularizando ao nível do património tinham um conjunto de projetos na área do
reapetrechamento dos serviços, projetos de reabilitação do sistema de água do Pavilhão Eduardo



Mansinho, e do aquecimento, ventilação e ar condicionado das piscinas municipais em cujas rúbricas também tinham efetuado um reforço de verba. Como podiam verificar na página número dois existia mais um conjunto de requalificações e valorizações de projetos e obras municipais na área do Concelho, pois esperavam lançar obras em todas as freguesias, sendo exemplo, as pavimentações em Cachopo, na estrada da Fuzeta, Cintados até ao limite do Concelho com Castro Marim, nos Cabacinhos, a primeira fase da estrada de Santa Catarina da Fonte do Bispo, parte das Várzeas do Vinagre, Eira da Cruz em Cachopo e parte do viaduto da entrada de Santo Estevão pela N270. ----Havia ainda mais um conjunto de intervenções, pavimentações, Porta Nova, Senhora da Saúde, um reforço de verba para a estrada N397, pelo que iriam tentar combinar um conjunto de pequenas intervenções lançando em simultâneo um conjunto com uma área significativa porque se apenas lançassem obras grandes, os fundos disponíveis que eram uma componente importante do processo, ficariam todos comprometidos, não sendo possível lançar qualquer obra pequena. Assim, iam tentar gerir as intervenções para que as pudessem ir concretizando de modo a irem libertando os compromissos. Como exemplo, indicava um dos concursos que iriam lançar dentro de dias e que se referia ao arrelvamento do campo do Pavilhão Eduardo Mansinho, um conjunto de projetos de iluminação com o reforço da rede elétrica para que pudessem poupar alguma verba, entre outros que não pretendia ser exaustivo podendo os membros verificar como se encontravam distribuídos os cinco milhões de euros vertidos nas rúbricas. ----Obviamente que tinham tido o cuidado de planear os anos de dois mil e quinze a dois mil e dezassete porque, como podiam verificar, algumas das intervenções teria impactos financeiros nos anos seguintes, nomeadamente a estrada Fuzeta/Cintados que tinha um custo de cerca de novecentos mil euros. Também haveriam projetos cofinanciados por verbas da União Europeia tentando aproveitar as verbas do Fundo Social Europeu cujos projetos seguramente que atingiriam muitas das preocupações ali levantadas como os projetos de carater social. ----Evidentemente que tentariam manter as contas em dia e para o ano seguinte, a partir do mês de setembro, ali estariam para apresentar as suas opções em termos de fiscalidade para o ano seguinte porque não pretendiam cobrar nem mais um cêntimo do que o devido e se até ao momento tinham considerado que não tinham condições para o fazer, seguramente que no mês de setembro trocariam impressões sobre a questão. ----Para concluir, o Presidente da Câmara referiu que aquela era a opção de revisão orçamental que tinham tomado e que tinha como objetivo tentarem concretizar algumas das intervenções há muito faladas mas que apenas presentemente o Executivo considerava, tenho em conta o referido por todos relativamente ao orçamento, ter as condições mínimas para o realizar, sendo que as condições mínimas significavam o cumprimento da Lei dos Compromissos, a possibilidade de liquidar as faturas das intervenções a noventa dias e condições para liquidar os empréstimos.____



sessões, que apolaria tudo o que se tratasse de requalificações todavia, iamentava o arrelvamento de campo por lhe parecer que seria um desperdício de verba. Acrescentou que se mudavam os Presidente de Câmara, mudavam as cores políticas, mas o problema do Ginásio Clube de Tavira mantinha-se Considerava que seria uma forma de pouparem algum dinheiro aos contribuintes, todavia estava di acordo com tudo o que se relacionasse com requalificação	Membro João Carvalho Jambrou que já tinha dita várias vezas e tinha sida nública ana autora
campo por lhe parecer que seria um desperdício de verba. Acrescentou que se mudavam os Presidente de Câmara, mudavam as cores políticas, mas o problema do Ginásio Clube de Tavira mantinha-se Considerava que seria uma forma de pouparem algum dinheiro aos contribuintes, todavia estava di acordo com tudo o que se relacionasse com requalificação. ——O Presidente da Câmara disse que para que não se verificassem equívocos, não existia qualque problema com o Ginásio Clube de Tavira, sendo que existia m protocolo entre a Câmara e o Ginásio pelo que iriam manter a utilização do campo de futebol porém, as necessidades dos jovens de Tavira requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessen limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome di juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto de campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cem mil euros por ano. ——O Membro Artur Sanina referiu que tal como há um ano atrás tinha dificuldade em efetuar uma análise económica pois não era a sua especialidade, todavia pretendia efetuá-la em termos políticos Tenso a sua situação profissional alterado sendo que desde o anterior mês de janeiro estava a trabalha na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a elaborar o fecho da conta de gereância, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dividas. ——Quando o orçamento tinha sido apresentado, tinha sido criticado por existir cerca de quarenta por cento de redução de verbas destinadas ao apoio social, tendo sido esclarecido que as rúbricas iriam se referiçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, ra	O Membro João Carvalho lembrou que já tinha dito várias vezes, e tinha sido público em outras
de Câmara, mudavam as cores políticas, mas o problema do Ginásio Clube de Tavira mantinha-se Considerava que seria uma forma de pouparem algum dinheiro aos contribuintes, todavía estava di acordo com tudo o que se relacionasse com requalificação.	
Considerava que seria uma forma de pouparem algum dinheiro aos contribuintes, todavia estava de acordo com tudo o que se relacionasse com requalificação	
acordo com tudo o que se relacionasse com requalificação.	
O Presidente da Câmara disse que para que não se verificassem equívocos, não existia qualque problema com o Ginásio Clube de Tavira, sendo que existia m protocolo entre a Câmara e o Ginásio pelo que iriam manter a utilização do campo de futebol porém, as necessidades dos jovens de Tavira requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessen limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome di juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto de campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano.	
problema com o Ginásio Clube de Tavira, sendo que existia m protocolo entre a Câmara e o Ginásio pelo que iriam manter a utilização do campo de futebol porém, as necessidades dos jovens de Tavira requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessen limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome di juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano. ———————————————————————————————————	
pelo que iriam manter a utilização do campo de futebol porém, as necessidades dos jovens de Taviri requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessen limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome di juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano. ———————————————————————————————————	O Presidente da Câmara disse que para que não se verificassem equívocos, não existia qualquer
requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessen limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome di juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano. ———————————————————————————————————	problema com o Ginásio Clube de Tavira, sendo que existia m protocolo entre a Câmara e o Ginásio,
limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome de juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano	pelo que iriam manter a utilização do campo de futebol porém, as necessidades dos jovens de Tavira
juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que irian manter, eram pagos mensalmente peía Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano	requeriam que fosse efetuado um investimento no novo campo de futebol para que não estivessem
manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano	limitados à disponibilidade do único campo do Ginásio. Era apenas aquela a razão que, em nome da
campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cen mil euros por ano	juventude os levava a ter que fazer aquele investimento. Quanto ao protocolo com o Ginásio que iriam
mil euros por ano	manter, eram pagos mensalmente pela Câmara cerca de mil e quinhentos euros para usufruto do
análise económica pois não era a sua especialidade, todavia pretendia efetuá-la em termos políticos Tenso a sua situação profissional alterado sendo que desde o anterior mês de janeiro estava a trabalha na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas	campo, bem como também faziam a manutenção, pagavam a luz e a água num valor aproximado a cem
análise económica pois não era a sua especialidade, todavia pretendia efetuá-la em termos políticos. Tenso a sua situação profissional alterado sendo que desde o anterior mês de janeiro estava a trabalha na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas. ——Quando o orçamento tinha sido apresentado, tinha sido criticado por existir cerca de quarenta por cento de redução de verbas destinadas ao apoio social, tendo sido esclarecido que as rúbricas iriam ser reforçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. ——Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. ——Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros ("Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	mil euros por ano.
Tenso a sua situação profissional alterado sendo que desde o anterior mês de janeiro estava a trabalha na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas	O Membro Artur Sanina referiu que tal como há um ano atrás tinha dificuldade em efetuar uma
na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas	análise económica pois não era a sua especialidade, todavia pretendia efetuá-la em termos políticos.
elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas	Tenso a sua situação profissional alterado sendo que desde o anterior mês de janeiro estava a trabalhar
chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas	na parte administrativa dos agrupamentos de escola onde, no momento, estava precisamente a
cento de redução de verbas destinadas ao apoio social, tendo sido esclarecido que as rúbricas iriam sei reforçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. ——Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. ——Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	elaborar o fecho da conta de gerência, havia naquele documento algumas questões que lhe tinham
cento de redução de verbas destinadas ao apoio social, tendo sido esclarecido que as rúbricas iriam ser reforçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	chamado à atenção e sobre as quais tinha algumas dúvidas
reforçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	Quando o orçamento tinha sido apresentado, tinha sido criticado por existir cerca de quarenta por
reforçadas com as verbas do resultado do exercício. Verificava e saudava que principalmente na área rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	cento de redução de verbas destinadas ao apoio social, tendo sido esclarecido que as rúbricas iriam ser
rural existia um reforço bastante significativo das rúbricas, razão porque os presidentes de freguesia estavam satisfeitos. Pretendia questionar quanto aos sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil euros que se encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara. Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
estavam satisfeitos	
encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara	
encontravam na posse dos serviços, que verbas eram e como eram distribuídas. Sabia que no caso da educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara	
educação eram provenientes, entre outras, das cauções, mas desconhecida a sua origem na Câmara	·
Quanto a outras situações existiam duas ou três rúbricas com uma determinada importância determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	•
determinados valores até elevados, como "Outros Serviços" com cento e oitenta e três mil euros "Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	——————————————————————————————————————
"Outros Bens" com sessenta e cinco mil euros e "Material de Transporte" com vinte e cinco mil euros tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	·
tendo inclusivamente sido sugerido que o circuito do Sobe e Desce também compreendesse outras localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
localidades não se cingindo a Tavira, pelo que questionava o porquê daquela verba tão baixa. Existia	
	·
ainna niitra verna niid rovolava iima dochoca hactanto volumoca nara a eual madariam haca-	ainda outra verba que revelava uma despesa hastante volumosa nara a qual noderiam bavor



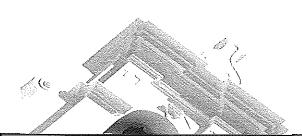
justificações e que estava relacionada com as empresas municipais, pelo que gostaria que explicasse o porquê dos duzentos e oitenta e quatro mil euros. ___ ----O Presidente da Câmara esclareceu que relativamente aos duzentos e oitenta e quatro mil euros se tratava da verba que iriam transferir de imediato para a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M. porque tinha resultados operacionais negativos pelo terceiro ano consecutivo não cumprindo o primeiro critério da alínea a) do artigo 62º da Lei. No ano anterior, tinham transferido quatrocentos mil euros e no corrente ano seriam duzentos e oitenta e quatro mil euros. Nos termos da Lei 50/2012 teriam que decidir a questão da EMPET pois estava no terceiro ano com resultados operacionais negativos. ----Relativamente à proveniência da verba, obviamente que conforme os documentos de que dispunham, a Câmara tinha, no dia dezasseis de abril, um saldo geral de tesouraria de oito milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e dezoito cêntimos sendo que estavam por regularizar documentos no valor de cerca de novecentos e oito mil euros, o que resultava num saldo de cerca de oito milhões de euros. Claramente que aquela verba não estaria totalmente disponível uma vez que a Câmara não tinha capacidade de gerar compromissos naquele valor. Todavia, não era a verba depositada no banco que importava mas a possibilidade de, nos termos da Lei dos Compromissos, poderem contratar despesa que pudessem liquidar a noventa dias. Poderiam ter um montante muito elevado no banco mas não ser possível comprometer mais nada pois a antiga situação do cabimento que permitia "gastar à tripa-forra", sendo inventadas algumas receitas, vendendo-se sempre as mesmas casas que nunca eram vendidas, presentemente não acontecia. Apenas podia ser utilizado o remanescente que não estivesse comprometido, tendo sido por isso que tinha dito que iriam gerir intervenções grandes com pequenas porque não podiam esgotar a capacidade de comprometer verba que era a capacidade de pagarem a noventa dias. Assim, com o montante do remanescente que estava no banco podiam amortizar despesa de capital, empréstimos de forma suplementar e ficariam sem verba, porém como tinham uma boa taxa de juro iam amortizando porque não tinham necessidade de o efetuar de forma suplementar. Reiterou que dos montantes depositados apenas podiam contar com aqueles que não estivessem comprometidos sendo o que lhes permitia contratar porque relativamente ao restante, não podiam utilizá-lo para novas intervenções pelo que, iam pagando, recebendo e libertando de acordo com as novas regras impostas. ----O Presidente da Câmara continuou referindo que presentemente não tinha a capacidade de prever tudo, razão porque existiam revisões e alterações ao orçamento que, por exemplo, no caso de uma emergência, uma catástrofe como tinha acontecido com os incêndios e não estavam previstas catástrofes no orçamento, seriam necessárias verbas para deslocações, refeições, transportes e outros, pelo que teriam que comprometer verbas para fazer face aquelas situações retirando-as de outras rúbricas sendo que existiam rúbricas como a dos recursos humanos de onde não podiam ser retiradas quaisquer verbas, o que fariam da rúbrica "Outros". Era assim que funcionava tendo as várias alterações



ao orçamento que ser apresentadas em Reunião de Câmara para aprovação. Numa situação de
emergência, numa situação que não tivesse sido prevista no orçamento, seria utilizada a rúbrica
"Outros" ou alterado o nome de uma determinada rúbrica, mas as várias rúbricas "Outros" constituíam-
se como "almofadas" que o orçamento possuía e cujas verbas iriam comprometendo em função dos
acontecimentos. As verbas daquelas rúbricas "Outros" também serviam para reforçar rúbricas já
existentes, e citava como exemplo, numa situação em que na rúbrica estivessem quinze mil euros e
após concurso se verificasse um valor de trinta mil euros, que implicaria ou a anulação da rúbrica ou o
seu reforço com verba proveniente da rúbrica "Outros"
Para terminar referiu que quando tinham falado nas despesas sociais para o que tinham imputado
um determinado valor, sabia que tinham as necessidades sociais espalhadas por várias rúbricas
inclusivamente "Outros" à qual podiam recorrer em caso de necessidade.
O Membro Brandão Pires referiu que pretendia dar mais uns apontamentos. Aquela revisão,
integração dos cerca de sete milhões e quatrocentos mil euros no orçamento do ano de dois mil e
quinze relevavam uma tendência, e era a principal leitura que devia de ser efetuada, que era a correção
de uma situação muito pouco confortável para a Câmara, a de ter um maior peso das despesas
correntes face às despesas de capital. Com aquela alteração era possível passarem a ter um maior peso
das despesas de capital, sendo que anteriormente existiam sessenta e um por cento de despesas
correntes e trinta e nove por cento de despesas de capital, e aquela alteração tinha permitido que as
despesas de capital passassem a representar cinquenta e três por cento face aos quarenta e sete por
cento de correntes o que significava que estavam a investir mais do que a gastar em despesas de
funcionamento da máquina, o que era positivo. Aquele era o sinal que devia de ser retirado da revisão
Para terminar referiu que tinha gostado bastante da intervenção do Presidente da Câmara que
considerava ter sido bastante pedagógica em matéria de números sendo que era sempre positivo o
entusiasmo com aquelas matérias e também fundamental o conhecimento das mesmas.
O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções colocou a proposta a
votação que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, cinco votos contra e cinco
abstenções
Após leitura das minutas, o Presidente da Assembleia colocou as mesmas a votação que foram todas
aprovadas por unanimidade
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão
pelas vinte e três horas e cinquenta e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida
e aprovada vai ser assinada.
A MESA DA ASSEMBLEIA



José Otílio Pires Baia



Lavia de la composição de la composição

Nos termos do nº 3 do artº 34 do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao DL nº 4/2015 de 07 de janeiro, votaram a ata da Assembleia Municipal de 27-02-2015 os seguintes membros:

Nomes	Formação partidaria	Presenças
Anabela Lourenço Fernandes	PS	V
Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	Ausente na votação
Artur António Guerreiro Sanina	BE	V
Carlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	V
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	V
Cristela da Cruz Pereira Martins	MT	V
Dinis Manuel da Palma Faisca	MT	V
Hugo Daniel Santos Gomes	MT	V
João Afonso Cunha Rego de Carvalho	MT	1
José Alberto Godinho Correia	PS	√
José Epifânio Martins da Graça	PS	1
José Liberto da Conceição Graça	PS	V
José Mateus Domingos Costa	PS	√
José Otilio Pires Baia	PS	V
Leonardo António Gonçalves Martins	MT	√
Luis Nunes Ferreira da Silva	PCP-PEV	V
Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	V
Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	MT	√
Muriel Cristina Dias	MT	√
Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	√
Ricardina Pereira Alcaíde Jesus	PS	V
Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	V



Junta de Freguesia de Santa Luzia

Cont. Nº 506 984 770

<u>VOTO DE PESAR</u>

A Freguesia de Santa Luzia teve nos últimos 14 anos, um pároco residente, o excelentíssimo Padre José Nabais Pereira, que acompanhou-nos nos momentos de alegria, ministrando batismos e celebrando casamentos e nos momentos de tristeza, confortando-nos por altura da morte de nossos familiares.

Devemos ao seu empenho e determinação, a construção, ainda não acabada, do Centro Social e Paroquial de Santa Luzia.

Em 26 de março, depois de uma penosa e longa doença o Padre José Nabais Pereira faleceu.

Proponho à Assembleia Municipal que votem o pesar, por esta morte, que tanto afetou a população de Santa Luzia.

Santa Luzia, 23 de abril de 2015

O Presidente da Junta de Freguesia

(Carlos Alberto, Pires Rodrigues)

MOÇÃO

Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27/04/2015, delibera:

- Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
- Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.